



(Handwritten signatures)

ATA N.º 72/XIII-4.º/2021-25

1 - Aos vinte seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H15, nas instalações da Escola Básica e Secundária Professor Ruy Luis Gomes, na Freguesia de Laranjeiro, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia:

3 – Período da Ordem do Dia (continuação):

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2024”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da primeira alteração e revisão do RUMA”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reparação Rede Abastecimento de Água; DREN Águas Residuais e Pluviais, Edif. Habit. Social, R. Luís de Camões Bloco B e C, Laranjeiro – Aprov decisão contratar, autorização e program. despesa, escolha e peças de proc., Júri, Gestor Contrato”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN00329B2025, para Locação de licenciamento e manutenção de software Microsoft”;

3.7 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); Sónia Raquel Mota Faria (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as João Luís Serranho Frazão Cuvaneiro (PS), Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS), Sérgio Faria de Bastos (PS), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), João Eduardo Alves Moura Geraldes (CDU) Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU) e Inês Pizarat Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS), José António Lino Craveiro (PS) por impedimento de Catarina Isabel Garcia Paulino (PS); Filipe Alexandre das Neves Passos (PS) por impedimento de Alexandra Cláudia Vasco Serra (PS) e Ana Cláudia Dias Ribeiro (PS); António Paulo Júnior (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Marins Carneiro (CDU) por impedimento de Andreia



Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) e Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Maria do Céu Sousa da Silva (PS); a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaíça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Ricardo Jorge Pita (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registaram-se as faltas justificadas das Senhoras Deputadas Municipais Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU) e Inês Pizarat Bom (BE).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência dos/as Senhores/as Vereadores/as José Luís Bucho (CDU) Nuno Filipe Matias (PSD) e Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Sofia Simões, Catarina Freitas, Tainara Cardoso e José Bernardo.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Sofia Simões:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho à Assembleia Municipal apresentar a importância de promover a mobilidade mais sustentável no IC20.

O meu nome é Sofia Simões, sou residente em Almada e estou aqui hoje em representação da Associação Inspira Mobilidade.

Como penso que todos sabemos, foi recentemente concluída a obra de alargamento do IC20, que provavelmente muitos de vocês usam ou têm contacto no vosso dia a dia.

Para garantir que estamos todos alinhados, sobre aquilo que estou a falar, alguns factos: o IC20 liga Almada à Costa da Caparica. Esta obra passou o percurso entre a rotunda do Centro Sul e a FCT-Universidade Nova de Lisboa, de três para quatro vias por sentido.

A obra esteve a cargo da Autoestradas do Baixo Tejo, uma subconcessionária da Infraestruturas de Portugal (IP). Foi motivada pelas condições no contrato de concessão que determina que o aumento de vias é realizado quando é ultrapassado um determinado número de carros, a não ser que haja instrução em contrário da própria IP, o que claramente não aconteceu. Portanto, no IC20 registam-se movimentos de cerca de mais de sessenta mil veículos por dia e, segundo a visão da subconcessionária e da própria IP, implicou este aumento de vias de carros. Isto são factos.

Deixando agora os factos, eu gostava de partilhar com os presentes, que na verdade não era uma inevitabilidade o alargamento do IC20. A IP podia ter impedido o processo e ao fazê-lo estaria alinhada com objetivos de mobilidade sustentável e de descarbonização que o nosso país se obrigou a cumprir. Ninguém nos impôs, obrigamo-nos a cumprir.

Esta não é apenas a minha opinião individual de cidadã e residente de Almada. Foi feita uma petição contra o alargamento do IC20 que foi criada por almadenses e especialistas em mobilidade, que foi apoiada por um



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]

coletivo local de Almada, foi apoiada por uma associação local e por sete associações de âmbito nacional. Recolheram-se mais de 2800 (duas mil e oitocentas) assinaturas. Foi apresentada na Assembleia da República, na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação e em reunião da própria Câmara Municipal de Almada.

Talvez se perguntem porque é que nos demos a este trabalho e porque é que teve tanta adesão?

- Porque aumentar o número de vias leva sempre a um maior número de carros. Não faz com que os carros desapareçam, traz mais carros e isso já se faz sentir, não sei se têm reparado, mas continua a haver congestão no IC20;

Assim, não está a resolver o problema de congestionamento do IC20 a longo prazo e nós já estamos a sentir isso;

- Os principais constrangimentos resultam das zonas onde a capacidade rodoviária afunila num gargalo ou num estrangulamento, a capacidade da Ponte não aumentou, a Ponte continua lá e não deixa passar mais carros. O acesso à Costa da Caparica não aumentou, continuam a chegar mais carros e continua a haver congestionamento;

- Por fim, como já referi, esta obra está em conflito flagrante com o estabelecido na política climática nacional, que vincula o país a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, que são causados sobretudo neste momento, pelo trânsito automóvel. Gostaria de partilhar que se Portugal não cumprir com as suas metas de redução de emissões em 2030, está em causa perdemos o acesso a fundos comunitários. Não sou eu que digo isto, é a Comissão Europeia de Bruxelas.

Agora que o alargamento está, infelizmente, concluído, há coisa que ainda podemos fazer, tornar a mobilidade no IC20 mais sustentável. Por esse motivo, gostaria de apelar à implementação imediata de uma via BUS ou um BRT no IC20.

A implementação de via BUS não tem custos adicionais significativos e pode ser feita no muito curto prazo. Só com vontade e dinamismo podemos dar o exemplo e mostrar como Almada se posiciona como cidade pioneira e exemplar.

Sabemos que esta decisão não depende apenas do Município, temos a perfeita noção disso, mas até agora não temos assistido a nenhuma tomada de posição clara, inequívoca e urgente."

5.2.2 – A Senhora Múncipe Catarina Freitas:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Catarina Freitas, sou residente em Almada e estou aqui em representação da Inspira Mobilidade, uma Associação empenhada em promover a mobilidade ativa e sustentável no Concelho.

O motivo da minha intervenção hoje, é fazer um apelo direto para a reativação de um projeto de enorme valor para as nossas crianças, para as nossas famílias e para o nosso espaço comum, estou a falar dos "Cicloexpressos" ou Comboios de Bicicleta para as escolas.

Muitos dos presentes talvez se recordem que o nosso Município já teve esta iniciativa implementada entre maio e junho de 2023, na Escola Básica D. António da Costa e na Escola Básica Cataventos da Paz em Almada e também na Escola Básica n.º 2 na Costa da Caparica.

Este projeto permitiu que dezenas de crianças se deslocassem para a escola de bicicleta uma ou duas vezes por semana, em segurança, promovendo a sua autonomia e saúde. A adesão por parte das crianças e dos pais foi significativa e o programa foi um sucesso.

Aliás, nas palavras da nossa Presidente, Inês de Medeiros, no dia de inauguração do Cicloexpresso em Almada, foi referido que este novo projeto de mobilidade escolar pretende "sensibilizar e criar hábitos de vida saudáveis".

A interrupção deste projeto, por motivos que desconhecemos, representou uma perda para as crianças e um passo atrás nos objetivos de sustentabilidade do nosso Concelho.



Os comboios de bicicletas são já comuns em várias cidades europeias e mesmo aqui ao lado, em Lisboa, são um enorme orgulho para a Câmara Municipal. Neste momento conta com 33 (trinta e três) escolas abrangidas pelo Programa Municipal de Comboios de Bicicletas, 24 (vinte e quatro) linhas, 45 (quarenta e cinco) maquinistas remunerados, que são as pessoas que acompanham os comboios de bicicletas e 473 (quatrocentas e setenta e três) crianças inscritas e está integrado na estratégia municipal de promoção da mobilidade ativa e sustentável do Município desde 2019.

Esta não é uma ideia abstrata, mas sim um modelo que evoluiu, foi sendo testado e melhorado, e tem provas dadas, com crescimento de ano para ano e grande margem de progressão.

À semelhança do que a Câmara Municipal de Almada fez no passado, também a Câmara Municipal de Lisboa recorreu à ajuda da Cooperativa Bicultura, que tem vasta experiência na operacionalização e dinamização destes projetos, com enorme sucesso em diversas cidades do país, onde o programa é uma referência e continua a crescer. O conhecimento e a experiência já existem e estão disponíveis.

Agora vou enumerar aqui alguns benefícios que este programa traz para as crianças e para os Municípios:

As crianças ganham confiança, sentido de orientação, contacto muito direto com o espaço público e responsabilidade, além de aprenderem o respeito pelas normas de trânsito, competências que levarão para a vida.

A nível de saúde, combate o sedentarismo infantil, promovendo a atividade física de uma forma natural e divertida que acaba por ser adotada em outras circunstâncias do dia, como pequenas deslocações em lazer. Claro que a nível do ambiente e qualidade de vida também traz muitos benefícios.

Cada criança que vai de bicicleta para a escola representa menos um carro na caótica "hora de ponta" escolar. Isto significa menos trânsito, menos poluição, menos ruído, menos consumo de combustível e um ambiente mais seguro e agradável na entrada das escolas.

Também este projeto fortalece os laços entre colegas, famílias, monitores e a comunidade escolar, criando uma rede de apoio e vizinhança.

O comboio, funciona de uma forma segura, como um "veículo longo" é acompanhado por monitores, bem como pelos pais que quiserem participar. Assim, é criado um ambiente seguro para as crianças pedalarem juntas.

Face ao exposto, venho solicitar a esta Assembleia Municipal e ao Executivo Municipal que:

Seja reativado o programa Cicloexpresso em Almada, começando pelas escolas onde no passado foi implementado com sucesso e criando um plano para a sua expansão a todas as Freguesias.

Também venho solicitar para se estabeleça um diálogo com a Bicultura e outras associações locais, como por exemplo a Inspira Mobilidade para desenhar um modelo de implementação robusto e sustentável para Almada, aproveitando a experiência de sucesso de Lisboa.

Investir em mobilidade sustentável nas escolas, é investir na saúde das nossas crianças, na qualidade do nosso ambiente e no futuro da mobilidade em Almada. Esta é uma medida de baixo custo, de altíssimo impacto e que vai ao encontro de todas as metas de sustentabilidade que, enquanto Concelho, aspiramos atingir.

Agradeço a vossa atenção e coloco-me, em nome da Inspira Mobilidade, à disposição para colaborar com a Câmara Municipal de Almada, na concretização deste projeto."

5.2.3 – A Senhora Múnicipe Tainara Cardoso:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Tainara Cardoso, eu sou brasileira, mas sou naturalizada portuguesa, e eu trago no sangue o orgulho e a herança do meu avô português. Mas, minha ligação com esta terra, vai muito além da origem. É algo mais profundo, mais vivo.

Longe da pressão de Lisboa, a Margem Sul revelou-me um ritmo mais suave, mais leve, mais próximo, mais integrado com as pessoas e com o lugar que nos envolve.

Eu licenciiei-me na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Caparica. E depois de um longo percurso de gerações eu sinto que finalmente, achei a minha casa.



[Handwritten signature]

Conheço muitos lugares no mundo, mas nenhum deles me toca como aqui. Almada tem algo especial, algo que merece ser preservado, com cuidado e com visão e com compromisso.

Por isso, juntamente com uma equipa dedicada, desenvolvemos um projeto real. Não um sonho, é um plano de um bairro sustentado radical, carbono positivo. Ou seja, um bairro onde a sustentabilidade é de facto, um pilar incondicional e não apenas uma conversa. Algo que o mundo ainda não viu. Não estamos a falar de plantar meia dúzia de árvores ou fazer algumas casas ecológicas. Estamos a falar de uma forma nova de viver, onde a tecnologia, natureza, comunidade e desenvolvimento caminham juntos. Onde o ser humano não apenas ocupa, mas regenera o território e queremos fazer isso aqui em Almada. Não para tirar a Alma deste lugar, mas para proteger essa alma. Para fazer dela um modelo de inovação humana e ambiental.

Imaginem, um polo que atrai os melhores talentos do mundo e que gere empregos, visibilidade internacional, investimento e, que incuba negócios 100% sustentáveis, trazendo um retorno económico e social para todos sem exceção.

Com os pés na terra e o coração na tradição. É possível e nós já temos a ferramenta para fazer isso. Mas nós não podemos fazer isso sozinhos e é por isso que eu estou aqui hoje, para abrir esse diálogo. Nós procuramos parceiros locais, proprietários de terrenos, que vejam além da especulação alcançando os mesmos lucros, mas com respeito pela natureza e a tecnologia aplicada. Queremos dialogar com os órgãos públicos que possam apoiar a jornada e abrir portas para acolher um projeto modelo para Almada e para o mundo.

Queremos conversar com quem sonha alto e com quem quer ver Almada crescer com equilíbrio, beleza e respeito por quem sempre sonhou em viver aqui.

Se alguém sentir que esse futuro merece uma oportunidade, e pode apoiar de qualquer forma, eu estou ansiosa para conhecer.

O que estou propondo aqui é histórico, mas como todos os novos caminhos precisa de confiança, coragem e colaboração. Se Almada aceitar este chamado, poderá ser o primeiro lugar do mundo, moderno a mostrar como se vive de forma avançada e ao mesmo tempo profundamente humana.”

5.2.4 – O Senhor Município José Bernardo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Caros cidadãos de Almada, em especial do Laranjeiro, terra onde nasci, cresci, estudei e trabalhei como militar durante trinta e sete anos, ao serviço da Marinha, na Base Naval do Alfeite.

É com enorme honra que participo nesta Sessão da Assembleia Municipal, reunida na minha terra, para na qualidade de cidadão atento e participante, com mais de quatro décadas de envolvimento no movimento de defesa dos direitos dos animais e do bem-estar animal, prestar um reconhecimento público ao empenho e trabalho do executivo municipal, da Senhora Presidente de Câmara Inês de Medeiros e do Senhor Vereador Filipe Pacheco, que têm demonstrado uma notável sensibilidade e dedicação à causa animal.

Almada deu recentemente mais um passo firme na promoção do bem-estar animal, com o projeto do novo Centro de Recolha Oficial de Animais.

Uma infraestrutura moderna, funcional e profundamente humanizada, que promete transformar de forma muito positiva as condições de acolhimento, cuidado e adoção de cães e gatos no Concelho.

Localizado aqui no Laranjeiro, numa zona de fácil acesso e dotado de excelentes condições logísticas, o novo Centro de Recolha Oficial de Animais, oferece instalações amplas e bem equipadas, pensadas ao detalhe para garantir conforto, dignidade e bem-estar aos animais ali acolhidos.

Com espaços verdes, boxes ventiladas e áreas destinadas ao laser e à socialização, este Centro afirma-se já como uma referência nacional. Este avanço não é fruto do acaso, é o resultado de um trabalho consistente, visionário e sensível, por parte do executivo da Câmara Municipal de Almada, que nos últimos anos tem dado provas de um verdadeiro compromisso com os direitos dos animais.



Entre as várias medidas, destaco a criação da figura do Provedor dos Animais, uma iniciativa pioneira que veio assegurar uma voz ativa e independente, na proteção dos animais no nosso Concelho.

Graças a esta liderança empenhada, Almada destaca-se hoje como um Município, onde as políticas públicas incluem e valorizam também os mais vulneráveis, humanos e não humanos.

O novo Centro de Recolha Oficial, é mais uma prova de que, com vontade política, empatia e visão de futuro, é possível contruir uma cidade mais ética, mais justa e verdadeiramente mais amiga dos animais.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Luís Filipe Palma (CDU), Pedro Celestino Pereira (BE), Bruno Ramos Dias (CDU) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Senhora Múncipe Sofia Simões, posso garantir e reconheço desde já o grande conhecimento que tem nesta matéria e no esforço que Almada tem que fazer para a descarbonização, penso que não é uma inconfidência explicar que a Dr.^a Sofia Simões está a fazer o estudo da descarbonização de Almada e, portanto, é com uma legitimidade reforçada que nos deixa aqui este alerta.

Agradeço a sua intervenção, a forma como colocou, de facto, isto foi uma imposição da IP, nós de facto, intervimos em dois sentidos, um de tentar aliviar aquele cruzamento que havia entre os que entravam e os que saíam e a nossa grande preocupação também, é que a obra pelo menos terminasse no prazo.

Mas, já não posso é acompanhar quando diz que não conhece nenhuma posição ativa do Município, porque o Município desde o início que está a propor que a nova via possa ser duas coisas, não apenas uma via Bus, mas também a primeira via em Portugal, exclusivamente para carros com mais de duas pessoas, a via de alta ocupação agora é auto-ocupação (eu agora estou com uma branca, já não me lembro). E até o próprio Ministro Miguel Pinto Luz no dia em que abrimos, voltou a reafirmar que sim, iremos continuar a trabalhar nesse sentido para poder introduzir essas duas coisas, uma via que seja simultaneamente via Bus, e que seja também uma via dissuasora de cada um levar o seu carro individual e estimular a partilha dos carros. Essa medida é um bocadinho mais complexa de colocar porque precisa de um acompanhamento maior e essa sempre foi a posição do Município desde que este projeto começou a ser falada, desde do início. E dissemos, desde que há uma nova via então nós queremos de facto uma via que seja diferenciadora e como disse e bem, que Almada aqui marca a diferença e reafirmo o seu compromisso com a descarbonização.

Relativamente também à Múncipe Catarina Freitas, a única razão porque terminou foi também com a dificuldade, a pessoa que acompanhava o projeto saiu da equipa e precisamos de outra pessoa na equipa da Câmara Municipal que possa acompanhar o projeto. Ainda no outro dia voltamos a falar nisso na equipa do ambiente para ver se no início do ano escolar podemos voltar a reintroduzir esta Cicloexpresso Almada que de facto, deu muito bons resultados. Mas, não apenas a Cicloexpresso Almada, e reconhecendo todo o mérito que tem e os resultados que tem, mas também gostaríamos em zonas mais próximas da escola introduzir também o Pédibus e para isso também já queremos falar com as Associações de Pais porque gostaríamos muito de poder contar com maior colaboração dos pais. Por exemplo, no caso do Pédibus, é ainda mais simples de organizar, é os pais no fundo revessarem-se e ajudarem-se uns aos outros, para levar a pé as crianças à escola desde que a distância seja comportável.

Portanto, ainda no outro dia, justamente na reunião de despacho com a equipa do ambiente, que também conhece bem, voltamos a falar desta questão, das duas coisas, da Cicloexpresso Almada e também da possibilidade nalguns casos, de virmos a introduzir o Pédibus se houver a colaboração da comunidade.

Reconhecemos todo o mérito à Cooperativa Bicicultura e, portanto, a questão não se coloca aqui.

Aproveito também as questões colocadas para relembrar que introduzimos no terceiro ano para todas as crianças, o ensino de andar de bicicleta nas nossas escolas. Era também uma novidade, não havia. Toda a gente



acha que qualquer criança sabe andar de bicicleta, mas a verdade é que o programa tem corrido muito bem e que há muito mais crianças a não saber andar de bicicleta do que aquilo que pensávamos. Portanto, em várias frentes continuamos sim, o esforço que tem sido feito e espero que consigamos retomar de facto, o comboio de bicicletas tão breve quanto possível. É apenas um momento de transição que temos que conseguir superar.

Relativamente à Senhor Tainara Cardoso. Agradeço muito a ideia, mas muitos dos princípios que evocou estão naquilo que são os princípios do Innovation District, ali em torno da FCT que pelos vistos conhece bem.

Portanto, terei todo o gosto em recebe-la, não apenas para lhe dizer aquilo que nós gostaríamos que fosse este projeto e que tem de facto na sua base a ideia de um desenvolvimento sustentável da inovação, da tecnologia, que não seja nem só académico, nem só um plano de um bairro empresarial, nem só um bairro de habitação, mas que seja a tal cidade dos 15 minutos, onde todas as atividades se conjugam.

Há uma série de projetos do Innovation que já estão a avançar, outros ainda dependem do fim desta saga pelas entidades competentes para além da Câmara Municipal, da revisão do Plano Diretor Municipal.

Aproveito já que estou a falar nisso, ainda no outro dia tive a honra de ser convidada para mais um lançamento de uma primeira pedra para mais uma residência de estudantes, algo fundamental. Há dois anos atrás nós tínhamos feito um levantamento e dois anos atrás faltavam duas mil camas no início do ano e era uma realidade.

Portanto, todos os projetos de residências de estudantes são bem-vindos, sejam públicos sejam privados, a própria FCT também vai lançar, para de facto transformamos toda aquela zona, uma zona muito dedicada à Academia, com muitos jovens e de preferência também, com uma nova forma de olhar o futuro e de olhar o desenvolvimento. Não querendo naturalmente, desfazer o seu projeto e estou certa que arranjará parceiros, só estou a dar uma dica, mas terei todo o gosto em recebe-la para falarmos desses projetos, são sempre bem-vindos e já agora também seja bem-vinda enquanto portuguesa.

Relativamente ao Senhor Município José Bernardo, obrigada pelas palavras. De facto, o concurso para a empreitada irá na reunião de Câmara de dia 21, é um projeto muito ambicioso que tivemos o gosto de apresentar não apenas às associações cuidadoras de animais cães e gatos, mas também convidamos os Senhores Deputados Municipais, estava lá o Senhor Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, a Senhora Deputada Margarida Paulos do PAN e eu acho que é consensual, o mérito é também do Senhor Arquiteto que é um belíssimo projeto e que vai de facto, conciliar não apenas a necessidade absoluta que temos de construir este novo Centro de Recolha Animal, de facto as nossas condições atuais não são suficientes, estão um bocadinho melhor que era há alguns anos graças a uns contentores que lá colocamos, mas não faz sentido ter um canil a paredes meias com uma escola, que é essa a realidade que temos, mas também aproveitar esta necessidade para reabilitar toda uma zona que é a zona da Alembança, entre a via ferroviária e uma autoestrada, é uma zona um bocado abandonada e aproveitar aquilo, requalifica-la e colocar o Centro de Recolha Animal, num parque verde que seja também um espaço de fruição com um formato e uma arquitetura que não só responde a todas as exigências legais que são cada vez maiores, também vai permitir criar melhores condições para o nosso próprio serviço de bem-estar animal e serviço veterinário, que neste momento funciona em contentores porque não tinha sequer espaço condigno para funcionar, é melhor os contentores do que o que lá havia, mas vamos ter por fim, condições não apenas para os nossos trabalhadores que é fundamental e merecem porque têm-se dedicado muito, muito, têm dado mesmo o seu melhor e aproveito para saudar esta equipa e o Senhor Vereador Filipe Pacheco, desde os veterinários aos cuidadores, tem sido um esforço muito grande que têm feito, por isso batemos os recordes de adoções, de esterilizações, os números nunca foram tão altos, mas é difícil poder fazer melhor com as instalações que temos. Portanto, é juntar o útil ao agradável e que tudo possa beneficiar, não apenas responder à necessidade, mas beneficiar toda a comunidade."

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As primeiras intervenções que se registaram aqui hoje sobre mobilidade, merecem uma palavra por parte da bancada da CDU.



Não sei se os Senhores Deputados Municipais sabem, mas hoje devido a um acidente na Ponte que ocorreu em simultâneo também com a avaria dos ferrys, a situação em Almada hoje ficou ainda mais caótica.

É do conhecimento aquela que tem sido a posição da CDU aquando das obras de alargamento do IC20, quando nós dissemos em várias sedes e em várias reuniões que tivemos até no quadro da 6.ª Comissão, quer com associações, mobilidade como a que esteve aqui hoje presente, quer também na Assembleia da República, manifestamos a necessidade da criação de corredores Bus e que o transporte público tivesse um canal privilegiado na ligação da Costa da Caparica a Almada. E hoje infelizmente, nós não gostamos de ter razão nestes momentos, mas a verdade é que não foi preciso muito tempo para nos darem razão. Isto é mais uma prova de que é necessário termos transportes públicos de qualidade e reforçados. E cabe a nós, enquanto poder instituído, juntarmos esforços para que as populações sejam efetivamente bem servidas. Sejam bem servidas no transporte fluvial, sejam bem servidas no transporte ferroviário que não é o que está a acontecer neste momento, e com os silêncios que nos deixam algo incomodados, porque quem sofre em primeira instância são as populações e naturalmente também nós, porque nós também somos população, também andamos de transporte público ao contrário daquilo que alguns possam pensar.

Portanto, é preciso o empenho de todos para que esta solução a este problema que hoje temos, encontre soluções para melhor resposta.

Naturalmente, também uma palavra muito curta, mas muito especial ao projeto que aqui trouxeram dos comboios de bicicletas, mas não nos esqueçamos que temos que ter uma Cidade preparada e adaptada para que as crianças possam andar de bicicleta nas nossas cidades em segurança.”

5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Bloco de Esquerda vem também aqui associar-se às preocupações trazidas pela Associação Inspira Mobilidade, porque de facto, aquelas obras no IC20 não deviam ter ido em frente, muita gente concorda, mas que não se tenha feito o máximo possível para poder dinamizar o espaço para o transporte público, é um problema grave.

A Costa da Caparica é desde já uma localidade de Almada que está cronicamente mal servida de transportes, como aliás, toda a periferia de Almada. Nota-se especialmente bem agora no verão, porque há muitas pessoas que querem ir à praia e vê-se perfeitamente o congestionamento e os autocarros completamente cheios para as pessoas poderem ir à praia. A única forma de descarbonizar e preparar a Cidade para ter uma mobilidade mais sustentável e mais amiga das pessoas, é retirando carros, coisa que ao longo destes últimos oito anos, este executivo facilitou muitas vezes o uso de carro na Cidade e muitas vezes dificultou até o trânsito pedonal. Lembro-me por exemplo, na Assembleia Municipal passada, um município se bem me lembro representante também da Associação Inspira Mobilidade, foi perguntar porque é que na rotunda dos bancos, quem vai ali para o Hospital, porque é que puseram aquele (...) no meio do passeio que separa as duas margens e essa município nem sequer teve resposta.

Por isso, nós temos é que retirar carros de Almada e apostar em transportes públicos que estão sempre mal satisfeitos. Os abrigos continuam a não existir em muitos sítios, e precisamos acima de tudo tentar pensar como é que se faz uma mobilidade coletiva e que seja útil para as pessoas que muitas delas nem sequer podem ter carro.”

5.3.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente, eu volto a repetir aquilo que disse. A posição da Câmara Municipal foi clara, foi anunciada desde o início, continuamos a insistir. Acho curioso que se venha falar do problema da Costa da Caparica quando estamos neste momento justamente a tratar por fim do trajeto da chegada do metro à Costa da Caparica, que foi curiosamente completamente omitido. Falar dos contactos que temos tido para justamente a importante reunião que tivemos há uns dias, para criar a partir da Trafaria uma ligação a Algés, para haver uma melhor interface via travessia fluvial. Portanto, termos melhor transporte público fluvial. Claro que isso também implica



maior investimento na Transtejo, também foi completamente omitido, mas isso também já é normal e habitual. Acho estranho virem dizer que dificultamos a circulação pedonal quando acho que estamos a bater todos os recordes da criação de passeios, até simples passeios onde a mobilidade acessível é para todos, ainda temos muito quilometro de passeio para fazer, não há dúvida sobre isso, basta ver a 377, basta ver a própria Avenida do Mar onde sim, está uma ciclovia. Batemos os recordes todos do transporte público, ainda hoje recebi os dados dos transportes públicos, Almada é o Município que mais cresce na utilização dos transportes públicos, graças ao investimento que todos os Municípios agora fazem. É bom lembrar que há oito anos atrás Almada pagava zero por transportes públicos, tirando uma carreira estranha aliás, que pagávamos à parte à TST, que era uma coisa algo bizarro. O Flexibus aumentou as suas valências.

Portanto, continuamos neste confronto de pontos de vista, mas eu acho que os almadenses sentem em concreto. Ainda no outro dia, achei extraordinário, na Charneca de Caparica há mais de doze ou dezasseis carreiras que passam neste momento. É só comparar qual era o número de autocarros e carreiras que existiam na Charneca de Caparica e Sobreda, para se perceber a grande diferença que existe. Aliás, uma rede que como tudo o que nós trazemos de novo, foi altamente criticado por toda a gente, que era uma catástrofe, que isto ia ser uma desgraça, que ia tudo correr cada vez pior, pois não é verdade, fez-se os ajustes que era preciso fazer e a coisa está a funcionar muito bem.

Portanto, vamos continuar a trabalhar, vamos continuar a lutar por Almada, vamos fazer menos declarações que não se fundamentam em nenhum facto, apenas querem criar perceções que são completamente desmentidas por números, por factos, por obras e esperava-se de facto, outra atitude.

Eu volto a fazer a provocação que fiz ontem, como aqui o Senhor Deputado Municipal Luís Palma é candidato, também manteremos a ocasião para debater o que é que ele teria feito no nosso lugar, teria recusado as obras do IC20? Se calhar era importante começar a dizer o que é que teria feito no nosso lugar."

5.3.5 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria de fazer só uma pergunta que é para perceber como é que a expansão do metro que estará prevista no mínimo para 2030, resolve o problema crónico que existe nas carreiras agora? Será em 2030, já não será a Senhora Presidente porque já não se pode candidatar, mas de facto, as pessoas hoje, amanhã, depois de amanhã, para o ano, durante os próximos cinco anos, vão continuar com problemas de transportes. Não é preciso dizer que não se melhorou, não foi isso que eu disse, eu disse que há problemas crónicos há muito tempo, mas se de facto, aumentaram o número de carreiras e de utilizadores, também aumentou a população de Almada. Por isso o mais normal é que com o aumento da população de Almada aumente o número de utilizadores das vias de Almada. Agora, se tem sido proporcional? Isso não me parece. E para quem anda de transportes públicos, as queixas continuam a ser as mesmas de há 10 anos, mesmo que o número de carreiras diga o contrário, as queixas e as perceções de quem anda de facto de transportes públicos, como é o meu caso e de que ouço as pessoas falar, talvez seja uma questão de fazer confirmar os números, as perceções de quem anda de transportes públicos não melhorou de facto."

5.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pela primeira vez, eu diria em cinquenta anos, desde que a Transtejo foi criada, o Concelho de Almada é servido por barcos que fazem a ligação a Lisboa de quinze em quinze minutos. Nós nunca tivemos uma oferta tão degradada na ligação fluvial a Lisboa.

Nós hoje na Trafaria, não é de agora, nos últimos anos, temos tido ligação por ferry para Belém, não vamos discutir o futuro daqui a uns anos para Algés, hoje em dia quem se apresentasse na Trafaria, tem intervalos de duas horas e 12 minutos de um barco para o outro. Nós hoje temos os ferrys na situação em que temos discutido nesta Assembleia Municipal, em que nos últimos vinte e cinco anos e mais, não se acrescentou um comboio ao serviço com o aumento da procura toda que teve até agora. E, portanto, nós dizemos que é preciso investir nos



transportes públicos de uma forma que não se tem feito e aquilo que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, (nós estamos a falar de uma política nacional Senhora Presidente) e é lamentável que a Senhora Presidente da Câmara tenha procurado tirar dividendos para um debate partidário, quando a CDU através do seu Deputado Municipal Presidente de Junta Luís Palma, falou de uma política de conjugação de esforços e de trabalho e de contributos para uma política diferente nos transportes públicos. Portanto, a CDU está a falar de servir as populações e resolver problemas. A Senhora Presidente de Câmara optou por fazer uma querela partidária em que nós não embarcamos. Haja transportes para a gente embarcar.”

5.4. – Usou da palavra em Defesa da Honra nos termos do n.º 1, do artigo 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS).

5.4.1 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Peço a palavra para uma Defesa da Honra.

E faço este pedido de Defesa da Honra no seguimento das declarações do Senhor Deputado Municipal João Gerales, na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada do dia de ontem, em que infelizmente não consegui estar presente por motivos de natureza pessoal e por o Senhor Deputado Municipal ter afirmado o seguinte e passo a citar: “Foi dito na reunião da Comissão Eventual, pelo Senhor Vereador Filipe Pacheco, a pergunta minha, se aqueles noventa e cinco fogos eram para aquelas pessoas, e ele disse que sim, está gravado, está em Ata”. Ora, aquilo que eu quero dizer é que esta afirmação é falsa, não corresponde à verdade e trunca propositadamente aquilo que eu disse em sede de reunião da Comissão Eventual para o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2.º Torrão, omitindo grande parte da frase e a sua parte mais importante que refere precisamente, o oposto. Como pode ser aliás, confirmado pela Ata da reunião e pelo próprio Relatório da Comissão Eventual, que aliás, mesmo assim, não está totalmente preciso com aquilo que eu disse e que tenho apontado e que repeti por seis ou sete vezes, fiz questão de apontar para que ficasse precisamente escrito porque já sabia o que é que poderia vir e que vem.

O compromisso deste executivo sempre foi o do realojamento definitivo daquelas famílias e em Almada, o que hoje acontece. Num contexto em que a criação da Comissão, como aliás o Relatório da Comissão o demonstra, apenas serviu para gerar conclusões já pré-feitas antes mesmo do início dos trabalhos da Comissão e como mero instrumento de luta política, utilizando a emergência, as situações de fragilidade para combate político, esteve bem o Partido Socialista por ter votado contra o Relatório e contra as recomendações do Relatório por e cita Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço e a quem eu aproveito para agradecer todo o trabalho que fez nesta Comissão, este não ser um documento rigoroso e credível, sendo que essa nunca foi a intenção da maioria dos eleitos que constituem essa Comissão.

Apesar de ser este o contexto, aquilo que não posso aceitar, é que seja dito algo que eu não disse. Respeitamos as opiniões diferentes, o combate político, a troca de ideias e de opiniões, mas não permitimos que seja utilizada a inverdade para o combate político.

Relativamente a tudo o mais o realojamento da vala do 2.º Torrão está hoje finalizado, para a história ficará aquela que foi a primeira resposta pública de habitação para a população do 2.º Torrão.”

5.4.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU).

5.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É isso mesmo que o Senhor Presidente acaba de dizer. Não querendo desvalorizar a importância incontornável do problema que estamos aqui a tratar, é da vida das pessoas que está em causa e é da situação concreta daquelas famílias que estamos a tratar, mas não desvalorizando em nada, acaba por ser uma discussão que funciona como certos refugados, fica a apurar de um dia para o outro. Portanto, há situações que foram colocadas ontem e de um dia para o outro, o Senhor Vereador usa da palavra para intervir sobre ela, o Deputado



Municipal João Galdes, não estando presente tal como ontem acontecia o Senhor Vereador não estar presente, aquilo que nós sugerimos, é que esta matéria possa ser retomada e esclarecida adequadamente e oportunamente, numa próxima Sessão da Assembleia Municipal, porque de facto, estes debates que se fazem de um dia para o outro, podem apurar, mas precisam de facto de algum tempo e eu deixava esta sugestão."

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (continuação).

6.1 – Entrou-se no ponto 3.3 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2024";

6.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito breve até porque todos os Senhores Deputados Municipais já conhecem o documento, e porque neste momento apenas estamos a apresentar o Relatório de Gestão de todas as Contas Consolidadas, ou seja, todo o universo municipal.

Aprovados os documentos de Prestação de Contas individuais referentes ao exercício de 2024, apresentam-se agora as Contas Consolidadas do Município com as entidades detidas ou participadas, dando cumprimento ao estipulado no artigo 75.º, da Lei n.º 73/2023, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

O grupo autárquico é composto como sabem pelo Município que é a entidade mãe e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, nomeadamente, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, detenção total pelo Município, a empresa Municipal WEMOB detida na totalidade pelo Município, a Agência Municipal de Energia de Almada, a AGENEAL, que era detida em 43,9% pelo Município através da participação direta. Neste momento, a AGENEAL já foi extinta, sendo que tal como já foi aprovado nesta sede, estamos a proceder à adesão à S. Energia e, portanto, para termos aqui uma Agência do Arco Ribeirinho Sul.

A ARRIBATEJO que é uma Agência de Desenvolvimento Local, cuja participação do Município é de 61,73% e a NOVALMADAVELHA Agência também de Desenvolvimento Local com 84,75% de participação municipal.

A Consolidação das Contas incidiu sobre a Prestação de Contas de 2024, e os balanços individuais das entidades são os seguintes: Município de Almada 714.000.000.00€ (setecentos e catorze milhões de euros), importa lembrar que aqui está naturalmente, a avaliação do património municipal, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento 104.000.000.00€ (cento e quatro milhões de euros), o WEMOB cerca de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros), a AGENEAL 61.000.00€ (sessenta e um mil euros), no final de 2024, entretanto, houve esta verba foi gasta também com despesas que ainda existiam. ARRIBATEJO 565.000.00€ (quinhentos e sessenta e cinco mil euros) e NOVALMADAVELHA 300.000.00€ (trezentos mil euros).

O balanço consolidado do ano de 2024, totaliza 720.200.000.00€ (setecentos e vinte milhões e duzentos mil euros) valor que, comparado com o ano anterior representa um aumento de 74.600.000.00€ (setenta e quatro milhões e seiscentos mil euros) distribuído por grandes agregados da forma que segue.

Ativo não corrente 605.700.000.00€ (seiscentos e cinco milhões e setecentos mil de euros), ativo corrente 114.500.000.00€ (cento e catorze milhões e quinhentos mil euros), património líquido 649.000.000.00€ (seiscentos e quarenta e nove milhões de euros), passivo não corrente cerca de 33.700.000.00€ (trinta e três milhões e setecentos mil euros), passivo corrente cerca de 37.500.000.00€ (trinta e sete milhões e quinhentos mil euros).

O resultado líquido do grupo autárquico em 2024 ascende aproximadamente 500.000.00€ (quinhentos mil euros), valor que compara com 3.500.000.00€ (três milhões e quinhentos mil euros), negativos no ano de 2023.



Os indicadores de solvabilidade são muito elevados sinónimo de capacidade financeira do grupo autárquico, poder saldar a sua dívida e a sua independência face aos credores. Ao invés os indicadores de endividamento são muito baixos, atendendo a que o peso de capitais alheios, dívidas de curto, médio e longo prazo, no financiamento das atividades é de 5% denotando um enorme grau de independência face a recursos de terceiros. O grau da autonomia financeira é elevado, 90%, denotando grande independência do grupo face a financiamento externo.

Relativamente a rendimentos e gastos, os primeiros cresceram 18.700.000.00€ (dezoito milhões e setecentos mil euros) face ao ano transato e o desempenho orçamental que não inclui a Empresa WEMOB por não ser uma empresa reclassificada para o efeito, de contas nacionais, evidencia cerca de 185.000.000.00€ (cento e oitenta e cinco milhões de euros) de receita efetiva no ano de 2024, que corresponde a 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) de aumento comparando com o período homólogo anterior.

A despesa efetiva totalizou 187.000.000.00€ (cento e oitenta e sete milhões de euros) significa um acréscimo de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) e aqui também se percebe qual é o desafio presente e futuro, sobretudo numa situação em que não há um orçamento aprovado, já limpo das receitas que estavam previstas o ano passado que como foi dito eram receitas que diziam respeito ao PRR, receitas que muitas delas já recebemos, portanto, nós estamos a trabalhar com um orçamento que é uma falsidade que é o prolongamento do orçamento de 2024, e que na realidade não representa a realidade.

Isso obriga-nos a um exercício permanente e um exercício difícil. Obrigou naturalmente, ao adiamento até ao fecho das contas de uma série de projetos que nós temos estado a trazer agora a Câmara, como também ficou evidente na última Assembleia Municipal e vamos continuar a trazer, mas isso naturalmente já não é responsabilidade nossa, quem chumbou o orçamento deverá explicar-se aos almadenses o porquê deste atraso sistemático em projetos que são fundamentais, que já vêm de anos anteriores, que havia um consenso nesse sentido, mas que de facto, este ano acho que todos concordam da importância da Loja do Cidadão, do CRO, não vou repetir tudo outra vez, mas pronto, este ano provavelmente por ser ano de eleições para tentar que não se realizasse coisa nenhuma, foi isto que deliberaram nesta Assembleia Municipal que é soberana, nós continuaremos a trabalhar com a mesma perseverança e obstinação.”

6.1.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD).

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje debatemos o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do Município de Almada, referente ao ano de 2024.

Enquanto Deputado Municipal da oposição, gostaria de começar por reconhecer o rigor técnico com que este documento foi elaborado e a importância que tem para a transparência da gestão municipal. Não é um documento de natureza política pura, mas sim um instrumento técnico de prestação de contas e por isso o nosso voto será favorável.

Dito isto, a nossa análise crítica mantém-se, o documento mostra uma realidade com avanços e com sinais de alerta que não podem ser ignorados.

Em primeiro lugar, é evidente um crescimento significativo tanto nas receitas, como nas despesas. O total de rendimentos aumentou cerca de 10,8% face a 2023, impulsionado sobretudo, pelo aumento das receitas de impostos e taxas que ultrapassaram os 89.000.000.00€ (oitenta e nove milhões de euros).

No lado da despesa, destaca-se o aumento dos gastos com o pessoal, fornecimento e serviços externos, bem como encargos com depreciações.

O Saldo de Gerência Orçamental Consolidado é positivo, cerca de 28.900.000.00€ (vinte e oito milhões e novecentos mil euros) embora sendo inferior ao registado em 2023, o que indica uma diminuição da margem de manobra orçamental do Município, mas completamente enquadrado naquilo que é o equilíbrio financeiro.



Se olharmos para o saldo de capital a situação é um pouco mais preocupante, porque continua negativo com menos 21.600.000.00€ (vinte e um milhões e seiscentos mil euros) e isto demonstra que Almada não está a conseguir executar investimento público com a ambição necessária para transformar a Cidade. Um saldo de capital negativo reflete a incapacidade de converter recursos em investimentos estruturantes e isso tem impacto direto na vida das pessoas.

Gostaríamos de questionar também relativamente ao nível da liquidez imediata, que avalia a capacidade do Município para honrar compromissos de curto prazo e com os recursos disponíveis, para perceber o motivo da redução de 154% em 2023 para 120% em 2024, solicitemos que seja clarificado o racional por detrás desta decisão financeira, que acreditamos estar relacionada com os investimentos do PRR, poderá ser essa a razão. Adicionalmente gostaríamos de saber qual a previsão para o nível de liquidez imediata para 2025.

Por fim, um ponto que consideramos essencial, apesar da Consolidação de Contas ser encarado como um exercício técnico, é importante retirar elações políticas do mesmo. Pois deve dar uma visão política clara para a Cidade.

E mais uma vez, este relatório não nos dá resposta à pergunta que realmente importa aos almadenses, qual é o projeto do executivo para Almada. Almada continua a crescer sem rumo? Sim a somar números, mas sem qualquer visão estratégica. E se é verdade que os indicadores financeiros estão longe de revelar desequilíbrios, também é verdade que não basta apresentar contas no final do dia, é preciso demonstrar que as contas servem para servir os almadenses, para contribuir para resolver os problemas como a habitação, como a mobilidade, como a higiene urbana.

Senhora Presidente de Câmara, Almada merece uma visão clara e mais ambição e é isso vamos continuar a exigir deste executivo até ao final do mandato.”

6.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, 14 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenção do eleitos do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2024, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-236-DPF.

6.2 – Entrou-se no ponto 3.4 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da primeira alteração e revisão do RUMA”;

6.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito breve também. O RUMA é o Regulamento Urbanístico do Município de Almada, que foi aprovado por esta Assembleia Municipal a 30 de abril de 2008. Deve naturalmente, adequar-se às alterações legislativas e regulamentares que desde a sua elaboração vieram a ser publicadas. E em particular, o novo Simplex que foi introduzido, assim como uma dinâmica territorial e a leitura dos resultados da aplicação do RUMA ao longo deste tempo.



A alteração do RUMA pretende por isso, garantir não só o ajuste de algumas normas, que temos que o fazer de qualquer maneira e que à luz da experiência recolhida na aplicação deste Regulamento se verificaram ser de complexidade desproporcionada e cujos resultados não acrescentam valor aos projetos, bem como a clarificação de normas face a dúvidas na respetiva interpretação ou a situações omissas que entretanto, foram detetadas.

Importa a dizer também, que da consulta pública do projeto de alterações ao RUMA, foram registadas quatro participações, as quais foram objeto de aprofundada análise, ponderação e acomodação, quando procedente, conforme se mostra explícita no Relatório do Procedimento de Alteração que constitui o anexo 1 à presente proposta e que dela faz parte integrante.

Deixem-me também clarificar que, esta é de facto, uma alteração pontual porque ainda estamos a funcionar com um PDM que é de 1993, apesar de só ter sido publicado em 1997, e que assim que o PDM vir por fim a sua aprovação realizada, naturalmente, haverá aí sim, uma alteração muito mais substancial do que aquela que apresentamos hoje, que no fundo, é de certa forma são alterações de detalhe e são alterações que vão no sentido de se poder cumprir o Simplex Urbanístico.

Portanto, é isso. Acho que não vale a pena entrar em muitos mais detalhes, têm a informação convosco de forma muito mais explícita, não é nenhuma alteração substancial, essa só poderá acontecer depois da aprovação do novo PDM.”

6.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleito da PAN, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, 15 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a primeira alteração e revisão ao Regulamento Urbanístico do Município de Almada – RUMA, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-163-DMDU.

6.3 – Entrou-se no ponto 3.5 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reparação Rede Abastecimento de Água; DREN Águas Residuais e Pluviais, Edif. Habit. Social, R. Luís de Camões Bloco B e C, Laranjeiro – Aprov decisão contratar, autorização e program. despesa, escolha e peças de proc., Júri, Gestor Contrato”;

6.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.3.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trazemos aqui para aprovação por parte da Assembleia Municipal da programação de despesas e encargos plurianuais referente a uma obra e uma obra já aprovada em reunião de Câmara.”

6.3.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Parece-me importante relembrar, que esta empreitada de obra pública tem por objeto a execução de trabalhos de reparação de danos decorrentes de infiltrações de água em vinte novos fogos municipais, aqueles tais que nunca tiveram reparação ao longo destes muitos anos de existência, tanto nas cozinhas, como nas instalações



sanitárias, a execução de diversos trabalhos de demolições, substituição das colunas, da rede de abastecimento de águas às frações e das redes de drenagens de águas residuais, domésticas e pluviais.

O que eu acho que é importante dizer aqui é de facto, que é mais uma empreitada que estamos a lançar para reabilitação dos fogos municipais e que nós assistimos em permanência as pessoas que vêm à Câmara Municipal mostrar fotografias que de facto nos envergonha a todos do estado das suas habitações municipais com as infiltrações existentes, nomeadamente, aqui nesta Freguesia onde estamos, nomeadamente, Santo António que todos nós conhecemos. Portanto, aqui neste caso estamos a falar da edificação de habitação social na Rua Luís de Camões, Bloco B e C, aqui no Laranjeiro.

Portanto, continuamos a reabilitar fogos municipais, neste caso é um dos maiores problemas que temos que são de facto, todas as instalações de água e saneamento e o problema quase estrutural das infiltrações.”

6.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos presentes (encontrava-se fora da sala o Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Jacinto (CDU)), através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, aprova os encargos plurianuais para reparação da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, em dois edifícios de habitação social, sitos na rua Luís de Camões Bloco B e C, Laranjeiro, Almada, no valor global de 305.158,10 € (trezentos e cinco mil, cento e cinquenta e oito euros, e dez cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-235-DEMP.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.6 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público n.º CPN00329B2025, para Locação de licenciamento e manutenção de software Microsoft”;

6.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

6.4.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas trazemos para aprovação dos plurianuais, é mais uma daquelas necessidades uma vez que Orçamento foi chumbado, agora não temos aprovação dos plurianuais, portanto, temos que esperar pelas Assembleias Municipais, para poderem ser aprovados os plurianuais, é mais uns meses que ganharam nesta tentativa de bloquear toda a ação da Câmara Municipal. Portanto, há que falar com frontalidade, franqueza aos almadenses. Tudo isto estava no Orçamento, tudo isto estava previsto, como foi chumbado, agora tem que vir caso a caso.

É assim, é a vida. Agora, os almadenses é que provavelmente não percebem porque é que perdemos tanto tempo nesta questão burocrática que podia ter sido resolvido, a menos que se venha a chumbar o projeto da Microsoft. Penso que todas as obras são bastante consensuais, aliás, como os outros empreendimentos que eram compromissos, ninguém lança obras novas no último ano de mandato. É tudo compromissos de mandato que todos os Senhores Deputados Municipais já conheciam.”

6.4.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Bruno Ramos Dias (CDU), Pedro Celestino Pereira (BE), o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Da parte da CDU não há mal nenhum, cá estamos mesmo para discutir isto, não é burocracias, isto é democracia. Temos muito orgulho em nome das populações de Almada, discutir e analisar as propostas que a Câmara Municipal apresenta à Assembleia Municipal. Há males que vêm por bem, males para a Câmara Municipal, por bem, para o escrutínio e para a transparência.

Eu até ia perguntar à Senhora Presidente de Câmara que obras são essas e que projeto é esse da Microsoft, mas depois corria o risco de ser uma pergunta de retórica, porque não é obra nenhuma e não é projeto nenhum, são licenças.

São licenças de programas de computador por doze meses, no valor de 682.550.28€ (seiscentos e oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta euros e vinte e oito cêntimos).

São licenças da Microsoft por doze meses por este valor, para que os programas da Microsoft que estão nos computadores possam dentro da Lei funcionar por mais um ano. Não se trata de nenhuma alteração do ponto de vista do investimento, não se trata de nenhuma alteração do ponto de vista das condições técnicas, é só renovar as licenças.

Isto a nós parece-nos muito dinheiro, o problema é que mais do que ser da Câmara A ou da Câmara B, nós temos é que ter a seriedade ou estado intelectual dizer que é um problema nacional, que os Municípios, as Autarquias em geral enfrentam, que é o do domínio de posição dominante e do uso de monopólio que multinacionais como a Microsoft colocam hoje em dia. E essa dependência, está a ser paga muito caro pelas Autarquias. Isto é uma questão transversal de todo o país. Portanto, nós não vamos aqui dizer: “não se paga, a Microsoft não recebe e os computadores ficam sem os programas”. Não é essa a questão. A nossa questão é de que computadores é que estamos a falar, creio que essa era uma informação importante que fosse transmitida à Assembleia Municipal, estamos a falar do parque informático da Câmara Municipal e dos SMAS e das escolas com alunos ou sem alunos? Estamos a falar de que software? Estamos a falar de software básico do Windows, sistema operativo e mais o software de produtividade conhecido por Office? Estamos a falar de mais outras coisas? Porque de facto, 682.550.28€ (seiscentos e oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta euros e vinte e oito cêntimos), em licenças por doze meses, é um retrato de uma situação, isto é, do Município, vamos multiplicar isto por todos os Municípios do país.

Esta é era uma pergunta muito objetiva, estamos a falar de que parque informático que está associado à utilização deste software que vai ser licenciado por mais doze meses.

A segunda questão tem a ver com um aspeto que está inserido nesta proposta e que se relaciona com a assistência técnica e manutenção. E, aí precisávamos também de uma informação muito objetiva que se relaciona com o tal parque informático onde se aplica essa manutenção e assistência técnica. São os computadores que estão nas escolas? É mais do que isso? Qual é o papel e a capacidade que está instalada ou que deixa de estar instalada, na Câmara Municipal e nos Serviços Municipalizados, nomeadamente, em que o Município de Almada já apresentou ao longo dos anos, exemplos pioneiros a nível nacional, de capacidade própria, designadamente, no software livre, criando redundâncias, assegurando até mais capacidade de segurança tecnológica, combatendo dependências tecnológicas nessa matéria e criando alternativas e abrindo caminhos para a alternativa no software livre.

Deixamos de ouvir falar nisso em relação a Almada. A pergunta que nós gostaríamos de deixar tem a ver precisamente, com essa aplicação de manutenção e assistência técnica contratada para três anos por 3.800.000.00€ (três milhões e oitocentos mil euros). E consideramos que 3.800.000.00€ (três milhões e oitocentos mil euros) em manutenção e assistência técnica para informática levanta muitas interrogações.

Por isso, Senhora Presidente de Câmara, o nosso desafio é de que não encare isto como uma burocracia, como uma perda de tempo. Encare como escrutínio, como apreciação política de propostas que vêm à Assembleia Municipal, e como a gestão equilibrada, justa e necessária dos recursos deste Município, nomeadamente, em matérias em que Almada já esteve na vanguarda a nível nacional. Na apresentação de soluções, de pioneirismo no plano tecnológico. E os SMAS de Almada, não sei se se recordará, os SMAS de Almada tiveram esse exemplo há algum tempo atrás que deixaram de ter. Não se recorda porque não conhece, é natural. Por isso há



explicações que devem ser dadas e peço desculpa pelo incomodo, porque para si isto é uma burocracia, uma perda de tempo, mas para nós não é.”

6.4.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para ajudar a resolver as complicações porque é que estas coisas podem vir de novo à Assembleia Municipal.

Há cerca de um ano esta Assembleia Municipal aprovou um reforço de verba para produtos e licenças da Microsoft para um valor total de aproximadamente 1.288.000.00€ (um milhão duzentos e oitenta e oito mil euros) por intermédio da empresa Claranet Solutions. Hoje pedem-nos que aprovemos mais 840.000.00€ (oitocentos e quarenta mil euros).

Num único mandato a Câmara Municipal de Almada entrega cerca de 2.128.000.00€ (dois milhões cento e vinte e oito mil euros) à Microsoft, a segunda empresa mais rica do mundo.

Para contexto, este valor corresponde a cerca 160% do orçamento anual de 2023 da “The Document Foundation” responsável pelo LibreOffice, uma alternativa gratuita, de código aberto e público, ao Microsoft Office, usado por outros estados, e estima-se que em 2022 tivesse pelo menos 200.000.000 (duzentos milhões) e estão a aumentar.

Para todos os produtos da Microsoft existem soluções de código aberto, público e gratuitas disponíveis, desde sistemas operativos como o Linux, soluções de produtividade, multimédia, armazenamento na nuvem, IA – Inteligência Artificial ou de trabalho em equipa digital entre tantas outras.

Não faz sentido entregarmos milhões de euros à segunda empresa mais rica do mundo e no final nem ficarmos com acesso ao código para podermos usar no futuro. Dinheiro que se for aplicado em soluções de código aberto pode garantir muitos empregos de qualidade dentro do país e consequentemente retorno financeiro e tecnológico deste investimento.

Se o financiamento é público o código também deveria ser publico.

Acresce que a Microsoft é conhecida por graves violações da privacidade pessoal, perpetuados pelos seus sistemas, que os dados dos utilizadores são utilizados para treinar inteligência artificial sem que o utilizador tenha uma palavra sobre o assunto e nem sequer é dos sistemas informáticos com melhores condições de Cibersegurança.

Note-se ainda, a mudança no panorama geopolítico de ser uma empresa dos Estados Unidos da América, governado por Donald Trump, numa governação declaradamente hostil à UE.

Que a qualquer momento pode impedir a exportação destes bens e licenças (que aliás já no passado recente os EUA limitaram a exportação de processadores de IA para o nosso e outros países da UE). E estamos sujeitos a sanções arbitrárias ou por motivações políticas como as impostas ao Tribunal Penal Internacional.

Nós precisamos de soluções que nos permitam ter soberania digital sobre as nossas ferramentas mais básicas e tal já começa a ser feito em países, estados e até municípios na França, na Alemanha, na Dinamarca, no Brasil e até em Vieira do Minho. Exemplos existem muitos, é preciso a coragem política para os aproveitar.

Por último, queremos demonstrar a nossa preocupação, pois parece que em parte o objetivo é dotar as escolas de ferramentas de Inteligência Artificial. Se for o caso isso é motivo de preocupação, visto que a Inteligência Artificial frequentemente dá informação falsa, incorre em discursos de ódio e tem associadas questões ético-morais que o nosso sistema escolar não nos ensinar a pensar.

Mais ainda, são diversos os estudos que demonstram que a utilização de Inteligência Artificial sem controlo pode ter efeitos prejudiciais nas nossas capacidades de raciocínio, pensamento crítico e na saúde mental, tendo-se já chegado a recomendar o suicídio a jovens.



Admitindo que a Inteligência Artificial pode em certos casos ser útil e bem utilizada, a verdade é que o nosso sistema escolar não está preparado para lidar com os riscos.

Sabendo que estas mudanças levam algum tempo a ser preparadas, iremo-nos abster desta vez, mas consideramos que é fundamental ter soberania sobre a nossa infraestrutura digital, com recurso a soluções públicas e cooperativas e esperamos que o executivo prepare estas alternativas para o futuro.

Entretanto, que se exerça a maior cautela no uso de Inteligência Artificial em ambiente escolar.”

6.4.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira, que levanta aqui questões que nos devem inquietar a todos, de facto, ao nível deste encanto pela tecnologia e a pouca transparência que nós sabemos que envolve esta tecnologia e o poder que ela tem. Portanto, nunca é bom dar excessivo poder sem transparência.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal Bruno Dias, que conhece muito bem estas questões, a mim não me incomoda nada, mas como sabe, a democracia nas Autarquias tem duas instâncias, que é a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. E as competências de uns e de outros estão definidas por Lei. Ou seja, a partir de um certo montante as propostas vêm sempre à Assembleia Municipal, portanto, há sempre escrutínio. Agora, há outras, é verdade, que no início do ano e no âmbito das Grandes Opções do Plano, uma vez que estão previstas e os plurianuais estão previstos, já são aprovadas pela Assembleia Municipal. Portanto, conhece isto perfeitamente. A Democracia nunca me incomoda e, portanto, é mesmo burocracia, porque o que os Senhores fizeram foi chumbar os mecanismos de agilização e o normal funcionamento destas duas Câmaras. Claro que é democracia, mas revela a pouca confiança quando as suas palavras, diz que tem muito orgulho nisso pelos vistos tem pouca confiança nos Vereadores que representam a CDU na Câmara Municipal. Portanto, deve ser isso.

De forma muito rápida. A Microsoft, eu acho que está aqui o Senhor Vereador em substituição Miguel Salvado, eu não sei quando é que Almada foi uma referência informática, mas não foi recentemente de certeza. Nos últimos 30 anos, desde os anos 80 não foi de certeza. Aliás, permita-me que lhe diga, eu estava a fazer a referência ao Senhor Vereador Miguel Salvado, porque ele sabe nos SMAS os problemas que teve com o software livre, eu sou uma adepta de software livre, mas temos um problema, é que por exemplo, todo o programa de faturação, não podíamos enviar as faturas digitalmente porque não era compatível. Portanto, nós temos um problema de compatibilidade nos sistemas.

E depois permita-me que lhe diga, a primeira reunião de PDM que eu tive há oito anos, quando cheguei, o urbanismo que não tinha sequer um SIGA, o programa do urbanismo adequado, eu acho que é a única Câmara Municipal em que eu vi que o serviço do urbanismo não tinha um programa adequado e quem o tinha era os SMAS, não sabemos porquê, em que os técnicos chegaram com um rolo de papel, folhas transparentes e uma caixa de lápis. Isto é um facto, eu vivi-o. E eu perguntei se não havia um programa informático e disseram que havia, mas que estava nos SMAS. E perguntei porque é que não o usavam e eles disseram que não deixavam porque era complicado. Portanto, nós andamos a fazer um PDM à mão, por isso é que se percebe que tenham andado a fazer um PDM durante quinze anos. E eu desafio qualquer pessoa que venha contrariar isso. Sabe que por causa do sistema ainda existente, a Câmara Municipal de Almada não tem sequer ainda uma analítica? Diga-me quando é que Almada foi referência em termos informáticos? Nós estamos a correr contra o tempo, porque eu também me lembro do site da Câmara Municipal, que mantinha lá orgulhosamente “Prémio da Inovação em 1993” e desde essa data nunca mais tinha sido mudado.

Portanto, eu não me vou alongar neste episódio e vou passar a palavra ao Senhor Vereador Filipe Pacheco para responder às questões técnicas.”

6.4.2.4 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Senhor Deputado Municipal Bruno Dias, antes de passar à resposta concreta das várias questões, até lhe lanço um desafio, e se virar o ecrã do seu computador para cá, para eu perceber se não está a trabalhar em software Microsoft o sistema operativo é o Windows e provavelmente o processador de texto que está a utilizar é o Word. O Senhor Deputado Municipal o que está a dizer é que não é seu, o que eu estou a dizer é que, provavelmente mesmo que fosse seu, a probabilidade de estar a trabalhar num destes dois softwares era gigante. Até lhe posso dar um outro exemplo, eu desafio os telemóveis todos desta sala, provavelmente só têm dois sistemas operativos o Android ou o IOS. Portanto, aquilo que nós hoje estamos aqui a discutir, nada tem a ver com dimensões que foram referidas e bem, com outro alcance que eu hoje não tenho aqui tempo para explicitar, relativamente à infraestrutura e à autonomia ou à soberania municipal da nossa infraestrutura ou não.

Mas vou por partes.

Respondendo de forma concreta, isto é um concurso público, estamos a falar de várias empresas que vendem software Microsoft, a Câmara Municipal tem desde há muitos anos software Microsoft, aliás, não foi este executivo que o implementou, certamente há trinta anos que existe software Microsoft, ele é contratado em pacote, portanto há várias empresas que competem e que vendem software Microsoft, estamos a falar de um concurso público internacional, publicado em Jornal Oficial da União Europeia, portanto, para todo o licenciamento e apenas da Câmara Municipal, Serviços da Câmara Municipal e escolas, Escolas Básicas e Secundárias.

Dizer também que por questões de economia, se introduziu o licenciamento de futuros projetos, como por exemplo, o licenciamento de CRM – Customer Relationship Management (Gestão de Relacionamento com o Cliente) aliás, nas informações de serviço isso está bem referido.

Depois, de forma adicional que eu acho que é muito importante para formulação do preço que aí está, e é uma questão política muito relevante porque tem dimensão nacional. Até aqui, nos anos recentes, os Municípios conseguiam aceder a uma Framework de preços criados pela AMA, um protocolo entre a Agência para a Modernização Administrativa e a Microsoft, para aceder a uma Framework de preços muito mais baixos. Isso terminou. O que justifica também uma subida de preços. Ou seja, neste momento, os Municípios vão exclusivamente ao mercado e não têm nenhuma proteção ao contrário do que acontecia no passado.

No fundo estamos a falar também, de corrigir algo que tem sido um processo, que antigamente, há mais de uma década atrás, não acontecia e que passou a acontecer, que eu acho que é de bom tom, o Município cumpre a Lei e cumpre a Lei em todas as suas dimensões designadamente, ter licenciamento de todos os seus operadores, designadamente, de todos os postos de trabalho não terem computadores sem software que não seja licenciado. Seja qual foi o fornecedor, todo o software estar licenciado. Isso não acontecia no passado, começou a acontecer e precisamente porque fizemos uma auditoria a todo o sistema informático. Fizemos em conjunto com os fornecedores e também os SMAS fizeram.

Dizer que toda a dimensão de segurança tecnológica e Cibersegurança que referiu, é uma questão totalmente díspar. Aliás, foi este executivo que criou e está em implementação, não só toda uma análise externa à Cibersegurança do Município, como tem em implementação, um Plano Municipal de Cibersegurança que corrigido falhas e implementa boas práticas. Aliás, foi nessa sequência que fizemos um protocolo com o Centro Nacional de Cibersegurança e que temos hoje em dia ao contrário do que acontecia no passado, outro tratamento das questões de Cibersegurança.

E relativamente à autonomia da infraestrutura, nós sabemos que hoje em dia, toda a infraestrutura do ponto de vista de rede municipal ela é operada exclusivamente por nós em todas as dimensões, como acontecia no passado. Portanto, aquilo de que estamos a falar exclusivamente, não é de autonomia e segurança da infraestrutura, não é de Cibersegurança é apenas e só de quais são os softwares que nós lidamos. Se temos um Open Office com processador de texto, ou um processador de texto da Microsoft. E hoje em dia todos sabemos que recorrer a estes Softwares é inevitável até pelas questões de interoperabilidade que existem designadamente, e começando só por aí, com todos os sistemas do Estado Central. Nós hoje sabemos por exemplo, que a interoperabilidade com os serviços da administração, da Autoridade Tributária, por exemplo,



enfim, todo um conjunto de questões que não tem nada a ver com isto. É apenas o licenciamento de software e até por questões de interoperabilidade com os equipamentos que os Senhores Deputados Municipais, quando acedem às Sessões virtuais até à própria leitura das Atas e das convocatórias e dos processadores que aí são utilizados, hoje em dia há poucas duas ou três soluções ao nível mundial, mas isso o problema de que estamos aqui a falar e passo ao Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira, do software livre a aberto e da soberania, enfim, eu desafio desde logo com os com os equipamentos que os Senhores Deputados Municipais usam. Aquilo que eu pergunto é: qual é a alternativa? Sugerem os Senhores Deputados Municipais que nós terminemos com a utilização de software Microsoft? Pergunto então qual devia ser a atuação do Município e que tipo de software devíamos utilizar? Eu no passado utilizava Linux, sempre gostei muito, aliás, bem me lembro do problema de ligação às impressoras que tinha. Eu pergunto, se amanhã até para o funcionamento desta Assembleia Municipal, e ali estão os serviços, o que é que seria se nós passarmos a utilizar outro software e de repente tivéssemos de interoperar com todos os equipamentos e periféricos que utilizavam.

Eu acho que a discussão evidentemente tem que ser séria, não estou a dizer que as perguntas não foram sérias, não me interpretem mal, mas evidentemente, nós hoje sabemos, que a nível mundial, estamos dependentes de um conjunto de softwares. Aliás, se formos para as redes sociais, desafio os Senhores Deputados Municipais, que aliás, até o fazem com muita frequência e bem, eu muitas vezes vou estando atento, assim que consigo, aquilo que são o veicular de posições políticas, fazem-no em redes sociais independentes e autónomas, ou pertencem a elas todas, a três ou quatro gigantes tecnológicos que hoje operam a vida mundial. E isto que digo nada tem a ver com o gerar de informação para modelos de Inteligência Artificial. O software isso é de livre utilização como bem sabem, de qualquer utilizador, que no âmbito da utilização e das regras de utilização do software, pode ou não escolher se disponibiliza os seus dados para os grandes modelos de linguagem de Inteligência Artificial.

Estamos apenas a falar do funcionamento corrente da Câmara Municipal. Há dimensões políticas, mas aquela que hoje estamos a tratar, podemos discutir política em tudo, política é tudo, mas é acima de tudo uma questão burocrática de dar funcionamento a um concurso público internacional de um contrato para prolongar o licenciamento que a Câmara Municipal já tem nalgumas áreas há décadas.”

6.4.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dar nota que, sim! já inclui escolas. Nós temos vindo a aumentar muito os gastos com a informática, em primeira lugar pela razão que já referi, nós de facto, tivemos uma auditoria da Microsoft e de facto, havia um grande número de utilizações não conformes e que tivemos que colmatar, isso é um facto e tivemos que o fazer e isso disparou logo os custos anuais, isso é um facto.

E depois, por outro lado, como sabe, nós temos estado a adaptar os concursos e segundo e penso que está inclusivamente na informação, onde diz que já inclui escolas, e isto foi sendo equipamento escolar e tem vindo a ser quando as escolas terminam os contratos que têm, nós inserimo-las nos nossos concursos para tentar ganhar uma economia de escala.”

6.4.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Entre tantas questões de interoperabilidade que foram levantadas, se calhar sugeria ao executivo que perguntasse à França, à Alemanha, à Dinamarca, ou o Município de Vieira do Minho, como é que eles estão a fazer a mudança para sistemas livres. Se calhar há um estudo a fazer, não tem que ser feito tudo de uma vez, tem que se começar por algum lado. Ficam aqui as sugestões, posso dar links se quiserem, mas uma sugestão, em vez de estar aqui menorizar o software livre, se calhar estudar um pouco o assunto e depois documenta-lo.”

6.4.2.7 – O Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Só para responder ao Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino. Sim, Vieira do Minho fez algumas dimensões de transição para software livre precisamente, apenas e só nalguns processadores de texto, processadores de Excel, etc. Mas, se lhes for perguntar, se nos sistemas críticos, se desde a gestão dos servidores à dimensão de gestão de Blogs de uma conjunto de outras questões mais complexas, se utilizam software livre ou se recorrem aqueles que são os um ou dois fornecedores a nível mundial que existem. Evidentemente que mantém. Podemos dizer que, em vez de usar um processador de texto Microsoft usam um software livre, mas isso é irrelevante e até não é a parte principal dos softwares que estamos aqui a falar. Com as escolas etc., é, mas a grande fatia não é essa. Portanto, a coisa é mais complexa e aquilo que temos é que ter, uma coisa que o senhor Deputado Municipal Bruno Dias disse e muito importante, é conhecimento na casa para operar com todos esses sistemas e garantir que do ponto de vista do sistema informático da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados e Empresas Municipais, nós temos um serviço que opera bem e de forma robusta e que principalmente do ponto de vista de Cibersegurança, está robusto, tem mecanismos de redundância etc. O desenho daquilo que é o sistema digital do Município é bastante complexo nos dias de hoje, obedece a técnicos com muito conhecimento e preparados para o fazer, para lá daquilo que é a dimensão política que é importante discutir que é sempre discutida, mas que no final do dia é também o critério técnico que ajuda a prevalecer e que neste caso, sentimos que não há alternativa. Isso é uma discussão que pode e deve ser feita a nível nacional e até internacional, nós sabemos essa discussão está a ser feita a nível europeu, mundial, mas nada tem a ver connosco, acho eu, neste momento.”

6.4.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, 12 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, aprova os encargos plurianuais para locação de licenciamento e manutenção de software Microsoft, no valor global de 839.536,84 € (oitocentos e trinta e nove mil, quinhentos e trinta e seis euros, e oitenta e quatro centimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de junho de 2025, que aprovou a proposta n.º 2025-150-DCOMP.

6.5 – Entrou-se no ponto 3.7 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

6.5.1 – Para apresentar a Informação acerca da Atividade Municipal usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS);

6.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhores Deputados Municipais, eu vou ser mesmo muito célere e destacar apenas algumas das atividades. E como sei que normalmente este é um momento de perguntas que normalmente recaem sobre tudo exceto a Atividade Municipal, mas estou disponível e guardo tempo para essas respostas.

Neste período de abril e maio, acho que é importante lembrar aquilo que foi a realização 28.ª Edição da Festa Jovem, que contou com mais de 800 ginastas e cinquenta treinadores; a Meia Maratona de Almada que contou com cerca 1600 (mil e seiscentas) participantes no Dia Mundial da Atividade Física; há naturalmente, ao nível da cultura alguns dos grandes eventos e eu não me canso de lembrar, que é a inauguração da exposição “Venham Mais Cinco”, evocando o nosso primeiro ano de democracia; naturalmente as comemorações do 51.º



Aniversário do 25 de Abril com a Sessão Solene; o 1.º de Maio com o concerto da Lena D'Água e o fogo de artifício, devo dizer que foi um concerto muito emotivo, a Lena D'Água acho que nos surpreendeu a todos pela sua vitalidade; houve também a celebração do Dia mundial do Livro com a distribuição que fizemos pelo Município da Banda Desenhada que tínhamos criado por ocasião da celebração dos 50 anos da Cidade, "Almada no Fio do Tempo".

Parece-me que a questão mais relevante durante este tempo, e estou naturalmente disponível para o fazer e aliás, que é a capa da nossa Atividade Municipal, tem a ver com a questão do Ginjal. Já falamos muito em reunião de Câmara, aqui em Assembleia Municipal ainda não tivemos ocasião de o falar devidamente, a questão da declaração da situação de alerta, que nos obrigou a intervir nos edifícios que estavam em risco eminente e que levou de alguma maneira, a contactarmos o proprietário e que acabou por ser necessário a demolição de grande parte da maioria daqueles edifícios.

Devo dizer que, está neste momento em curso por parte do proprietário, o projeto de requalificação de parte do cais e colocação de passadiços para reabrir o tão breve quanto possível o acesso das pessoas ao Rio, penso que no início do mês de julho já estará concluído, vai ser colocada uma barreira para o interior onde aliás, estamos a preparar uma exposição sobre a história do Ginjal, sempre que o cais estiver em condições as pessoas poderão aceder ao cais, sempre que houver ainda fragilidade será colocado um passadiço para as pessoas poderem caminhar livremente e voltarem a usufruir do Rio.

Muito importante, do outro lado da barreira será assegurado naturalmente, tudo o que seja transporte de emergência que esperamos que nunca venha a ser necessário, mas garantir essa circulação também.

Isto está a ser feito pelo Grupo AFA e nós temos estado sempre a articular.

Também temos mantido contactos com a Administração do Porto de Lisboa, houve aquele primeiro momento de polémica mas que me parece, acho que a própria APL tem consciência que a responsabilidade do próprio cais é sua, mas mesmo assim, o Governo que tutela a APL decidiu que deveria aguardar um parecer jurídico do CEJURE – Centro Jurídico do Estado, que são os serviços jurídicos que dão apoio ao Governo e ainda não temos esse relatório, esse parecer do CEJURE, penso que estará a acontecer.

De uma forma muito sucinta é isto sobre o Ginjal, guardando tempo para as questões que vierem a ser colocadas."

6.5.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Alberto Lourenço (CDU), Henrique Alexandre Margarido (PS), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), José Ricardo Martins (IND), Luís Pedro Durão (PSD), Filipe Alexandre Passos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Ricardo Jorge Pita (PS), Pedro Dias Pereira (PS), Ana Margarida Lourenço (PS), Margarida Ramires Paulos (PAN), os/as Senhores/as Vereadores/as Maria Teodolinda Silveira (PS), José Pedro Ribeiro (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS).

6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Algumas questões em torno da Atividade Municipal.

Estamos a três meses do final deste mandato autárquico e a cerca de um ano do fim do período de execução do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR.

Gostáramos de saber qual é o balanço que o Município faz do PRR, aqui no Município. Nomeadamente, quantas candidaturas foram aprovadas, qual o financiamento que foi aprovado e qual o nível de execução destas candidaturas hoje.

A segunda questão: No âmbito do Portugal 2020, esta Câmara Municipal, entre o final do mandato anterior e este, viu vários projetos aprovados, financiados e executados.



Um dos projetos, foi por nós já aqui trazido, trata-se do projeto da Recolha Seletiva de Biorresíduos no nosso Concelho, para o qual o Município recebeu um financiamento de cerca de 1.000.000.00€ (um milhão de euros), este projeto foi aprovado em 4 de junho de 2020 e a data para a sua conclusão era 30 de junho de 2023. Tinha um período de execução de três anos.

No âmbito deste projeto previa-se a implementação dos seguintes sistemas de recolha:

- Uma rede de recolha seletiva de resíduos urbanos de biorresíduos, por proximidade, exclusivamente em áreas medianas ou densamente povoadas, nas as Uniões de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda e Junta de Freguesia da Costa da Caparica;
- Uma rede de recolha seletiva também de resíduos urbanos e de Biorresíduos de proximidade, exclusivamente numa área habitacional antiga, com edifícios de média densidade populacional da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas;
- Uma rede de recolha seletiva porta a porta em zonas de moradias unifamiliares na União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, União de Freguesias de Caparica Trafaria e Junta de Freguesia da Costa da Caparica;
- Uma rede de recolha seletiva também, porta a porta nos estabelecimentos de restauração da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, da União de Freguesias de Caparica e Trafaria e da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

Neste âmbito, ficou acordado a realização por parte do Município dos seguintes investimentos para os quais teve o financiamento que atrás referi de 1.000.000.00€ (um milhão de euros).

Aquisição de cinco viaturas de recolha seletiva de biorresíduos, aquisição de 11100 (onze mil e cem) contentores de cinco litros, aquisição de 9000 (nove mil) contentores de quarenta litros, aquisição de 7152 (sete mil cento e cinquenta e dois) contentores de cento e vinte litros, aquisição de 738 (setecentos e trinta e oito) contentores de duzentos e quarenta litros, aquisição de 100 (cem) contentores de trezentos e sessenta litros, aquisição de 18 (dezoito) contentores de oitocentos litros, aquisição de 22 (vinte e dois) contentores enterrados.

Para além disto, a execução do estudo de viabilidade financeira e a realização de uma campanha de sensibilização.

Tudo isto fazia parte do projeto que foi aprovado e que teve um financiamento de 1.000.000.00€ (um milhão de euros).

A pergunta é esta Senhora Presidente: qual é a justificação que dá aos almadenses, para que tendo recebido todo este financiamento comunitário, não tenha até hoje, dois anos depois do prazo acordado, implementado totalmente este projeto? Apetece-me perguntar, o que que é que pensará o POSEUR desta questão?

Mostra-se com este exemplo, que Almada em termos de recolha urbana encontra-se numa situação a todos os títulos deplorável, não por culpa dos seus munícipes e da sua falta de civismo, nem por falta de apoios financeiros, mas como temos repetidamente afirmado, por falta de empenho e competência da gestão do Partido Socialista."

6.5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No que diz respeito a Atividade Municipal, há a salientar o seguinte:

O novo Centro de Recolha Oficial (CRO), foi recentemente apresentado com a presença de cerca de 50 (cinquenta) participantes.

É objetivo de a Câmara Municipal reunir num único espaço todos os serviços da Divisão de Bem-Estar animal, em que se inclui o atendimento ao público.



Será constituído, por 48 (quarenta e oito) boxes para cães e espaço para até 32 (trinta e dois) gatos, traz melhorias na resposta a animais em risco, serviços médico-veterinários e condições para acolhimento temporário de outras espécies.

A construção será feita na Quinta da Alembrança, no Feijó, como objetivo de duplicar a atual capacidade de acolhimento.

Há a referenciar:

A nova Loja do Cidadão de Almada, inserida na zona do Caramujo/Romeira, têm um custo de 7.500.000.00€ (sete milhões e quinhentos mil euros) dos quais 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros) serão financiados através de fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

É um investimento estratégico para o Concelho, que revitalizará esta zona na Cova da Piedade.

Trata-se de um equipamento âncora que ajudará na requalificação deste local.

Há que referir:

Que está previsto para breve a entrega de 12 (doze) fogos de habitação social, na Freguesia do Laranjeiro, num edifício que estava emparedado há mais de uma década e que foi completamente reabilitado.

Este é apenas um pequeno passo na Estratégia Local de Habitação, que visa dar resposta a uma realidade crescente no Concelho, marcada pela urgência em garantir o acesso à habitação como um direito essencial."

6.5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em março, nesta mesma Assembleia Municipal, questionei diretamente a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a situação gravíssima vivida pelos moradores da Azinhaga dos Fornoalinhos, no Porto Brandão.

Na altura, a resposta que me foi dada foi a habitual: que a intervenção se iniciaria "na próxima semana". É, aliás, esta a agenda a que o executivo nos habituou, é um Excel invisível, sem datas reais, onde tudo "começa para a semana" assim que alguém reclama.

Volvidos mais de três meses, importa confrontar essa promessa com a realidade.

A situação no local mantém-se inalterada:

- A iluminação pública continua desligada, deixando os moradores na escuridão e sujeitos a riscos de assaltos e quedas;
- As infraestruturas pedonais estão gravemente degradadas, com degraus em ruína e escadas com buracos ocultos e vegetação;
- As paredes de suporte continuam a ruir, colocando em risco a segurança de quem circula a pé;
- A falta de limpeza urbana é total, com ratos, cobras e pulgas a proliferar e um cheiro nauseabundo que denuncia a presença de animais mortos;
- Materiais de construção abandonados continuam espalhados no local, agravando o risco e o cenário de total abandono;
- As ervas daninhas invadem os caminhos, reforçando a sensação de insegurança e descuido.

O Executivo Municipal não pode continuar a alimentar esta ilusão de que "está tudo previsto" quando, na prática nada se concretiza.

Não basta responder que vai começar "na próxima semana", é preciso executar, fiscalizar e resolver. E, neste caso, nada disso aconteceu.



O desnorte continua. E não é apenas uma sensação, é uma realidade quotidiana visível por todo o Concelho.

O lixo acumula-se, seja em contentores cheios e por esvaziar durante dias, seja em pilhas de monos depositados junto a bermas, caixotes e cruzamentos, sem recolha nem sinalização de qualquer serviço. Os cidadãos reportam, muitas vezes através da APP “Almada Mais Perto”, mas as respostas são automáticas e a resolução efetiva é praticamente inexistente. Em zonas como a Cova da Piedade, o Feijó ou a Caparica, as denúncias acumulam-se, mas os resíduos continuam visíveis, aumentando o risco para a saúde pública.

As ervas daninhas crescem descontroladamente em passeios, rotundas, zonas pedonais e mesmo à porta de escolas e unidades de saúde. Esta vegetação selvagem não é apenas um problema estético, representa um risco para a segurança dos transeuntes, oculta armadilhas no pavimento, cria esconderijos para pragas e contribui para a sensação de completo abandono.

Os postes de iluminação continuam desligados, ou avariados, em dezenas de ruas por todo o Concelho.

Situações que já foram reportadas repetidamente, mas sem qualquer intervenção real.

Na Azinhaga dos Fornoziños, em Porto Brandão, na Rua dos Três Vales na Sobreda, e em zonas de Almada, há ruas com muitos pontos de luz não funcionais.

A escuridão é um fator direto de insegurança, potenciando assaltos, quedas, ou simplesmente o medo de circular a pé.

Os relatos são constantes, mas o acompanhamento é nulo.

A fiscalização municipal é quase inexistente.

- Despejos ilegais de entulho e lixo proliferam em zonas florestais entre Almada e Caparica, arredores da Trafaria, ou junto a terrenos baldios na Charneca de Caparica, Sobreda e Pragal, é transversal a todo o Concelho.

- Não se veem multas aplicadas, nem ações de dissuasão visíveis, nenhuma câmara, nenhuma ronda, nenhuma medida concreta.

- O mesmo se aplica a estabelecimentos comerciais abertos fora do horário permitido, a operar durante a noite, sem controlo de ruído, sem fiscalização das condições de funcionamento, colocando em causa o descanso dos moradores. Tudo é permitido por este executivo.

E, importa dizer de forma inequívoca: não atacamos os serviços municipais, nem os trabalhadores que os garantem. Pelo contrário, reconhecemos a sua dedicação, a sua resiliência e, em muitos casos, a sua capacidade de suportar oito anos de uma governação ineficaz, desorganizada e politicamente capturada.

Só por isso já mereciam uma medalha.

O que atacamos é a sua liderança, Senhora Presidente, a sua incompetência, a sua falta de visão, a ausência de planeamento e a entrega cega do destino deste Concelho a uma gestão de Excel sem datas, sem prioridades, sem controlo.

Depois de oito anos, ouvimos sempre o mesmo refrão:

“A responsabilidade é da E-Redes”, “a responsabilidade é da Freguesia”, “a responsabilidade é do orçamento chumbado”, “a responsabilidade é de terceiros”.

Mas aquilo que nunca ouvimos, e que seria o mínimo exigível a quem exerce funções executivas, é: “a responsabilidade é minha”.

Essa recusa permanente de assumir responsabilidade diz tudo sobre o seu mandato e sobre a distância crescente entre o seu discurso e a realidade dos almadenses.”

6.5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins, Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (IND):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não venho aqui fazer nenhuma pergunta, nem sequer venho aqui fazer aquilo que realmente a grande parte dos Deputados Municipais aqui o fazem que é a campanha política, como sabem isto é um final de ciclo. Portanto, venho aqui apenas falar da minha Freguesia e de algumas coisas que realmente eram necessárias fazer e que parece de somenos, mas não são de somenos porque são correções daquilo que foram os anos de 2008 e 2012, e estou a falar aquilo que foi um programa que poderia ter sido uma pedrada no charco, chamado Costa Polis, mas que realmente deixou a Costa da Caparica com muitas feridas para não dizer outras coisas.

Poderá parecer para quem não frequenta com tanta assiduidade a Costa da Caparica, poderá parecer obras de menos valia, mas realmente para aqueles que lá vivem e aqueles que nos procuram, são obras de mais valia.

Desde já, quero referir o segundo levantamento daquelas famigeradas tábuas naquele passadiço paralelo à Rua dos Pescadores que passa pelo Posto de Turismo e que vai dar perto do Restaurante do Barbas. E, por falar em tábuas, falo também, do levantamento daquele famigerado Largo das Tábuas, e transformado no Parque Atlântico, mas com algumas nuances, porque fomos vendo ao longo do tempo, quando as tábuas foram levantadas, fomos constatando ao longo do tempo que, durante as obras de demolição dos apoios de praia e dos bares, antes do Programa Polis, que tudo aquilo que eram detritos foram enterrados na areia.

Ora, quem praticava ali o seu laser, o Futebol de Praia e os miúdos que para lá vão, muitas das vezes se queixavam e aleijavam-se nos pés, tivemos lá alguns problemas. Finalmente, a Câmara Municipal fez ali uma intervenção de fundo que já está concluída, foi concluída no dia 23, retirou grande parte, em profundidade da areia que estava contaminada com detritos, foi posto uma fibra, foi posto uma caixa de areia nova e penso que agora está utilizável para toda a gente.

Quero referir aqui mais duas situações, senão três. Uma delas também se vinha a prolongar ao longo dos tempos e estou a falar dos acesso à praia junto à Lota, aos arrumos dos pescadores e a desorganização que era, o estacionamento abusivo por parte de quem procura a Costa da Caparica, para fazer surf, para os apanhar os seus banhos de sol, mas que prejudicavam aquilo que é a atividade dos pescadores, a atividade da pesca e fundamentalmente, aquilo que é uma das grandes mais valias da economia da pesca na Costa da Caparica, e estou a falar da exportação da cavala. Porque não havia condições para que os pescadores transportassem a cavala das suas embarcações para depois exporta-la para Espanha, como sabem a cavala é exportada para Espanha, para alimentar os atuns e faz parte de uma economia bastante grande e importante na Costa da Caparica, estamos a falar de dados em 2024, vendidos em Lota cerca de 22.000.000.00€ (vinte e dois milhões de euros) o que é substancial para aquilo que é a economia da Costa da Caparica.

Houve duas reuniões com todos os serviços da Câmara Municipal, incluindo também o WEMOB, Gestão do Litoral, GNR e Polícia Marítima, com os pescadores obviamente, e chegou-se à conclusão que aquilo vai ser uma área restrita, já o devia ter sido, porque é uma baía de segurança, vai ser uma área restrita de acesso exclusivamente aos pescadores e bem. Retificou-se aquilo que não foi feito na altura.

Segunda situação, ainda falando de pesca e falando dos pescadores, foi também apresentado e penso que está em fase de concurso público, aquilo que é a retificação também da frente de praia, mas agora dos arrumos dos pescadores e dos alvéolos de pesca. Com aquela imagem que hoje transporta para quem visita a Costa da Caparica, a Câmara Municipal fez um projeto onde realmente vai delinear aquela área para pescadores e também para quem a quiser visitar. É simples, vai ser criado ali não só uma zona de economia de pesca, de arrumos de pesca, como também uma zona para concertar as redes, uma zona para tratores, aliás, vai ser ordenado tudo aquilo que é os apoios e arrumos de pesca.

Vai haver ali uma simbiose entre aquilo que é a economia do mar e aquilo que é também a cultura da Costa da Caparica, vai se também ali colocado não um museu virtual mas um parque de exposições e uma sala de convívio para que os pescadores possam ali permanecer e até levarem algumas das pessoas a visitarem aquilo que fazem no dia a dia.”



6.5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD);

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Algumas questões ao executivo sobre a Atividade Municipal.

Em primeiro lugar, na higiene urbana, a primeira questão do PSD prende-se com a menção no Relatório, dos Sistemas de Gestão Inteligentes, os Smart City, que está na página 82, bem como o Programa de Monitorização do Sistema MOBA, instalada em vinte e uma viaturas. Gostaríamos de saber se algum destes sistemas permite a criação de rotas inteligentes, aliando a tecnologia de sensores para uma maior eficiência na recolha de resíduos.

Perguntamos ainda quais os ganhos de eficiência perspetivados com a implementação e monitorização destes projetos.

Também no que respeita à limpeza dos espaços públicos, chegou ao nosso conhecimento um vídeo publicado num grupo de cidadãos, onde os moradores num ato de civismo se reuniram para cortar as ervas daninhas no Bairro do Monte de Caparica. Qual estilo da herdade bela cada um com a sua ferramenta. Esta ação é meritória que demonstra o espírito de cidadania daqueles moradores, reflete, contudo, o falhanço do executivo que não consegue acompanhar as necessidades dos almadenses. O que nos leva inevitavelmente a questionar, a forma como estão a ser aplicados os dinheiros públicos. Aliás, esta dúvida não é apenas nossa, é também da Presidente de Junta de Freguesia de Caparica Trafaria, que expressa essa preocupação no próprio vídeo, que até comentou e disse, passo a citar: “Vou enviar estes vídeos para a Câmara Municipal de Almada, que paga milhares de euros a uma empresa para limpar o nosso Bairro”. E eu pergunto por isso, ao executivo, se partilha a opinião da Presidente de Junta de Caparica Trafaria e qual a avaliação que faz dos prestadores de serviços responsáveis pela limpeza da zona do Monte de Caparica?

No que respeita ao urbanismo, questionamos aqui se existem por parte da Câmara Municipal dados para aferir os indicadores de gestão e os níveis de respostas das Divisões de Gestão do Atendimento Urbanístico e da Gestão Urbanística, o objetivo é compreender quais os níveis de eficiência e resposta, também conhecido por Key Performance Indicators os KPIs destes Departamentos.

É importante saber os tempos médios de resposta quanto aos processos e os pedidos que se encontram pendentes e há quanto tempo.

Consideramos essencial ter indicadores relativamente aos tempos de resposta de pedidos de informação, de consultas de processos, licenciamentos, processos de legalização. Em suma, perceber em média quanto tempo demora um cidadão de Almada, a ver resolvida uma solicitação no urbanismo.

Não é raro os Deputados Municipais receberem queixas relativas à área do urbanismo, com relatos de processos a arrastarem-se durante três, cinco e em alguns casos dez anos. É fundamental dispor de dados concretos para avaliar o problema e assim encontrar soluções.

A celeridade no urbanismo pode ser um dos motores de desenvolvimento de Almada. Assim como responder aos problemas da habitação.

No panorama desportivo uma pergunta muito rápida e bastante direta. Qual é o ponto de situação das negociações relativamente ao Pavilhão do Ginásio Clube do Sul? Existiu algum desenvolvimento que possa ser partilhado?

Eu acho que o Ginásio Clube do Sul é um pavilhão que é muito importante para Almada e não deve cair em mãos alheias, tem uma história que deve ser preservada, mas se a Senhora Deputada Municipal quiser falar de algum interesse que conheça que eu não conheço.

Eu fui sócio do Ginásio Clube do Sul, a minha família foi fundadora, deixei de ter qualquer relação com o Ginásio Clube do Sul há muito tempo, mas a verdade é que eu acho que é um pavilhão que foi uma obra de muitos almadenses e tem que ser preservado, se a Senhora não acha isso, acho que é um problema que Almada tem e este executivo.



A nível do Ginjal acho que a Senhora Presidente já referiu aqui, aquilo que nós também discutimos na Comissão, é importante que o acesso ao Ginjal seja em breve e assim que possível aberto aos almadenses e a quem o visita, assim como a Senhora Presidente referiu, nada mais a dizer.

Por último, e é com alguma saudação que aplaudimos a criação da formação de literacia financeira, por parte do Plano de Formação do Município, que foi lançado e que contribuirá para uma maior consciencialização do tema no nosso Concelho. Contudo, importa recordar, que um programa municipal para a literacia financeira foi apresentado pelo PSD e chumbado pelo PS no final do ano passado. Mesmo com estas incoerências, aquilo que é comunicado à população e é dito nesta Assembleia Municipal, é importante que esta medida tenha avançado mesmo em parte.

Assim questionamos se o PS também quer continuar a apropriar-se de outras medidas que eu acho que são importantes que foram chumbadas. Aliás, a medida estratégica de criação de um subsídio para calculadoras gráficas para o ensino secundário, carenciados que o PS quis chumbar.

Apenas para terminar, parece que algumas medidas quando são apresentadas por outros partidos não são apropriadas para Almada, mas quando são apresentadas ou aplicadas pelo executivo, aí já passam a ser grandes medidas.

Nós no PSD não temos qualquer problema com apropriação política, importam que estas medidas sejam efetivamente, aplicadas no terreno para o benefício dos almadenses.

Agradeço o vosso tempo e as respostas às perguntas.”

6.5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal Filipe Alexandre Passos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O clima é o clássico, sensivelmente a três meses das eleições, mas vamos falar da Atividade da Câmara Municipal, que isso é que realmente importa e é isso que eu aqui vou fazer em dois temas muito essenciais para todos os almadenses, muito diferentes daqueles que tentam trazer menorizados e que tentam diminuir a ação política dos representantes em Almada.

Quero vos falar em primeiro lugar, da cultura. Hoje enquanto esta Assembleia Municipal reúne e durante o passado mês, decorreram uma série de festividades, eventos, atividades por todo o nosso Concelho, e repito: “por todo o nosso Concelho”.

Esta é uma marca diferenciadora daquilo que tem sido o trabalho do executivo desta Câmara Municipal. É que pela primeira vez, provou que é possível de uma forma popular, chegar a todas as populações que compõem o Município de Almada, descentralizando as festividades que decorrem no nosso Concelho, provou-se que é possível chegar a mais gente, de forma mais capaz e de forma que as populações se sentem realmente parte da festa em Almada. Quando deixamos de nos localizar para o Centro de Almada para celebrar Almada e para celebrar as nossas festividades, mostramos que é possível fazer mais também, na cultura.

E por isso, gostava de destacar duas iniciativas em particular, gostava de destacar aquilo que foi o encerramento do Festival dos Capuchos, com o Concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa, no pulmão da nossa Cidade. O pulmão da nossa Cidade respirou a sinfonia do novo mundo. Foi uma iniciativa sublime, que trouxe à nossa Cidade uma forma diferente de estar e provou que é possível fazer cultura da forma que já se fazia, mas leva-la de uma forma nova a mais gente e fazer em Almada aquilo que nunca se fez neste Concelho. E claro, nos 51 anos do 25 de Abril, este executivo prova o que Almada sempre foi e continuará a ser. Almada é terra de Abril e por isso fez uma das exposições mais importantes para o nosso país em Almada. Foram mais de duzentas fotografias que ilustraram aquilo que foram os tempos. Uma exposição de Sérgio Tréfaut, que fez aquilo de uma forma irreverente demonstrar e fazer através de Almada um palco daquilo que foi uma das maiores exposições do nosso país sobre esta temática.

Quero agora falar de outra questão fundamental para o nosso Município e que vem vertido neste Relatório de Atividades.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Orçamento Participativo Jovem de Almada. Sim, um orçamento negado durante décadas aos jovens almadenses, que foi trazido para este Concelho pelo executivo do Partido Socialista, e que permite que os jovens de Almada possam finalmente exercer a sua cidadania da forma mais digna que lhes apraz. Como? Eu explico. Cada vez que um jovem é ouvido, cada vez que um jovem faz uma proposta, cada vez que ela é votada pelos seus pares, é a sua capacidade de cidadão que está a ser posta em causa, que está a ser valorizada e que está a melhorar também o território da sua Cidade.

Esta iniciativa deste ano, no Orçamento Participativo Jovem, foi “Música na Margem”, um festival impar no nosso país, de música emergente, que permitiu que os nossos artistas em Almada, Almada aquela em que se faz das melhores músicas emergentes, Almada daquela que mais arte dá ao nosso país nesta matéria, permitiu um dos maiores festivais nesta Cidade e claro aliou-se aquilo que foi a primeira vitória do Orçamento Participativo em Almada, de uma das associações com maior impacto no nosso território a Lifeshaker, do primeiro estúdio gerido pela associação e que permitiu a gravação de uma música em conjunto neste festival.

Quero com isto congratular a Câmara Municipal, acrescentando e fazendo a ponte para as duas outras iniciativas que eu vou dizer de memória “A Cozinha Partilhada na Alfazina” e a requalificação do Polidesportivo da Cacilhas-Tejo. Estas quatro iniciativas demonstraram que é possível trazer os jovens para a política, tal e qual como a Assembleia Municipal Jovem já faz em Almada, e que foi algo que foi negado aos jovens durante cerca décadas em Almada.

Termino só dizendo o seguinte: eu vou constatar o óbvio e o óbvio é muito simples porque estamos em tempo de pré-campanha.

Quem tanta vez fala de uma execução orçamental aquém daquilo que foi orçamentado no início do ano, só tem um objetivo, é efetivamente não falar daquilo que foi efetivamente executado. Porque aquilo que foi efetivamente executado, é tão melhor do que aquilo que vocês executaram nas últimas décadas, vos envergonha, E para vocês falarem naquilo que é executado teriam que fazer um Mea Culpa. Um Mea culpa por aquilo que não foram capazes de entregar aos almadenses nas últimas décadas.”

6.5.2.7 – Na condução dos trabalhos usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS) nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 27.º, do Regimento da Assembleia Municipal.

6.5.2.7.1 – O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só uma nota. Nós aqui na Mesa não temos problemas com os a partes desde que seja possível continuar a fazer as intervenções, aquilo que eu peço aos Senhores Deputados Municipais, é que esperem as mesmas condições quando fazem as intervenções que permitem aos outros ter as mesmas intervenções. Ou seja, o que acontece mais do que uma vez, é que quando está um Deputado de um partido a falar, se existem as pessoas dessa bancada a sinalizar à Mesa que estão a existir a partes, e depois o mesmo acontece ao contrário.

Acho que temos que ter um critério uniforme para que sempre que algum Deputado Municipal está a fazer intervenção e tem direito de o fazer e também os a partes fazem parte do trabalho parlamentar.”

6.5.2.8- Para uma Interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, do art.º 51.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU).

6.5.2.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Da nossa parte pode continuar a contar com a nossa colaboração para o bom andamento dos trabalhos no sentido e nos termos em que o Senhor Presidente acabou de enunciar. E pensamos que é assim que devem decorrer os trabalhos e o debate na Assembleia Municipal.

Todavia, queria também assinalar, que da nossa parte não encontra o Senhor Presidente, um posicionamento de interromper as nossas próprias intervenções comentando até a expressão facial dos Deputados Municipais.



Portanto, uma coisa é haver um eleito da Assembleia Municipal que não tem condições de fazer a sua intervenção porque está a ser interrompido, outra coisa é um Senhor Eleito interromper-se a si próprio para fazer comentários sobre o que está a olhar à frente dele. E nesse sentido, há um bom senso que eu acho que o Senhor Presidente faz muito bem em cultivar, mas também nesse aspeto daquilo que acabou de acontecer, em que parece que a CDU seria teoricamente passível de crítica ou de reparo relativamente aos a partes, mas em que na verdade aquilo que aconteceu foi que houve uma espécie de chamada à liça por parte de um orador que até se entretinha a comentar as expressões que nós tínhamos.

Nesse sentido eu creio que é bom retomar as boas práticas que vínhamos desenvolvendo até agora e não criar novas modas com agora pelos vistos alguém tentou.”

6.5.2.8.2 – O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, o reparo não era apenas para a bancada da CDU, senão tinha-o sinalizado como costume fazer. Os a partes são permitidos e os oradores respondem aos a partes da forma como também entendem desde que no mínimo de civilidade e dizer para não fazer a cara a A ou B, não me parece que ultrapasse essa fronteira.

A minha única chamada de atenção, é porque os Senhores Deputados Municipais estão envolvidos no calor do debate e por vezes não percebem. Há pouco estava um Senhor Deputado a Intervir, um Senhor Deputado da CDU, os Senhores Deputados do Partido Socialista estavam a fazer barulho e eu estava a ver sinaléticas visuais, não na primeira fila da bancada, a assinalar o facto de estar a ser interrompido. E não me pareceu que a interrupção fosse particularmente grave, quando é eu sinalizo. Da mesma forma que agora não me pareceu.

Eu só peço é que compreendam que a Mesa tem que tratar os Deputados todos em igualdade de circunstâncias.

6.5.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Pita (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Enquanto representante da Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica Trafaria, não contava ter de intervir nesta Assembleia Municipal, tal não estava previsto.

Mas deixem-me referir que, até compreendo que o pouco tempo diminuto destinado aos Deputados Municipais do PSD tenha levado o Senhor Deputado Municipal Luís Durão a ter de fazer uma intervenção com alguns cortes e algumas imperfeições e ter cortado do contexto um excerto de um vídeo, não podendo obviamente juntar o resto da frase e do contexto do próprio vídeo, deixe-me dizer-lhe que, se por acaso o polígrafo pegasse neste excerto, levava com aquele carimbo do descontextualizado. Porque na realidade, aquilo que a Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica Trafaria fez, e continuará a fazer, quer vocês queiram, quer não, é defender os interesses de quem mora na União de Freguesias de Caparica e Trafaria, e contra tudo e contra todos e continuará a defender aquele que é o trabalho que é feito diariamente, nas ruas quer seja do Monte, quer seja da Trafaria, quer seja da Vila Nova. O que ela fez, foi defender o trabalho que possa não estar a ser feito devidamente, e para isso nós fiscalizamos, nós verificamos, e se não estiver a ser feito, somos os primeiros a advertir a Câmara Municipal, que esse serviço contratualizado não está a ser cumprido e com tal a Câmara Municipal poderá penalizar a empresa que não o está a fazer. E isso é um dever que nós temos, mas todos os Deputados Municipais também têm. Todos nós enquanto cidadãos, temos o dever de alertar os organismos do poder político, que os serviços não estão a ser realizados e para tal os serviços públicos agradecem que os cidadãos o façam.

Portanto, eu deixo aqui um reparo, foi aquilo que a Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica Trafaria fez e que todos os cidadãos devem fazer. Se cada um fizer, nós agradecemos.”

6.5.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Eu quero falar neste ponto da atividade da Câmara Municipal, para falar de dois temas.

Até porque foi aqui dito durante esta Assembleia Municipal, ontem e hoje, por diversos Deputados Municipais, algumas inverdades e é necessário repor aqui alguma coisa de claro e concreto.

E, uma delas, é a limpeza pública. Esta Assembleia Municipal esta a decorrer no território da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó e eu já ontem fiz o trajeto do início da Freguesia para este local, depois de este local para o fim da Freguesia. Hoje já fiz o mesmo trajeto noutro sentido, vim por outras estradas e agora ainda vou fazer o caminho inverso também por outras estradas. E há uma coisa que eu sei, é que os Senhores Deputados Municipais e todas as pessoas que aqui estão presentes, fizeram de alguma forma, este percurso nesta Freguesia. De algum lugar para aqui. E eu peço que me digam se encontraram algum lugar desta Freguesia que estivesse com ervas por cortar, que estivesse sujo, que estivesse com resíduos sólidos urbanos junto aos contentores, digam-me onde é que nesta Freguesia, que é onde decorre esta Assembleia Municipal, haja algum sinal em que se tenha que reparar o que quer que seja. Não há. Esta Freguesia encontra-se limpa, o Senhor Deputado Municipal Luís Palma, ontem falou de vários temas que segundo ele estão mal em relação a esta Câmara Municipal, esqueceu-se de dizer que na sua Freguesia isto está limpíssimo.

E nesse sentido, está de parabéns a Senhora Presidente da Câmara Municipal, está de parabéns a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, porque esta Freguesia está fantástica. E como está fantástica também estará fantástico o resto do Concelho. Isto por um lado, a Charneca de Caparica também está bem.

A Câmara Municipal faz este trabalho porque a Junta de Freguesia não aceitou as transferências de competências. Mas, diga-se de passagem, que a Câmara Municipal faz esse trabalho bem feito.

Eu só falei disto porque muitas pessoas desta Câmara Municipal falaram aqui que o Concelho está sujo e insistiram nisso. Não é verdade. E não é verdade e isso está patente nesta Freguesia.

Mas eu agora preciso de falar a todos vós de um outro tema que me parece muito importante e que a senhora Presidente da Câmara Municipal já falou que é o Cais do Ginjal.

Se forem ao site da Câmara Municipal, do Plano de Pormenor do Cais do Ginjal, não-de reparar que este processo começou a ter fortes desenvolvimentos em 2009. Portanto, antes deste executivo tomar posse que só tomou em 2017. Mas o que é certo é que nós verificamos que é partir essencialmente de 2017, que este processo do Cais do Ginjal tem um avanço significativo. E esse avanço significativo, só se deve a uma forte resiliência por parte deste executivo que está aqui à minha frente, uma vontade de recuperar aquele território, território esse que é muito querido a todos nós. A todos nós almadenses. Eu já tive a oportunidade de dizer noutros lugares que, todos os almadenses conhecem aquele território, todos os almadenses ali passearam, os pais de muitos almadenses ali trabalharam, almadenses ali foram pescar nos seus tempos livres, jovens almadenses ali aprenderam a Vela, houve imensas indústrias ali a laborar. Portanto, foi um território com muita vitalidade e que a partir de um determinado momento, devido às vicissitudes da vida e da história foi votado ao abandono. E foi votado ao abandono totalmente. É claro que, a partir de um determinado momento em concreto de acordo com o site da Câmara Municipal desde 2009, que as coisas começaram a ter que andar noutro sentido. Mas o que é certo é que foi esta Câmara Municipal que impulsionou essa reviravolta. E o que nós temos hoje é um território que está limpo, está a ser recuperado.

A Senhora Presidente avançou há pouco e eu gostaria até se ela me puder responder se tiver tempo ainda disponível, para nos informar quando é que esses novos itinerários que as pessoas poderão usar para voltar a usufruir daquele território, o que é que vai ser feito porque de facto, há que aclamar este trabalho fantástico, contra tudo e contra todos, contra a APA, contra o Porto de Lisboa, contra uma série de forças ocultas que sempre tentaram atrapalhar este caminho, e o que é certo é que temos ali uma arriba que agora dá gosto de ver, pelo menos não está arruinada.

E nesse sentido Senhora Presidente, nós gostaríamos que nos falasse mais um pouco sobre essa fénix que nós vemos hoje a renascer."



6.5.2.11 – Para Defesa da Honra nos termos do n.º 1, do art.º n.º 55.º, do Regimento da Assembleia Municipal usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD).

6.5.2.11.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria invocar aqui a figura regimental da defesa da honra porque o representante da Junta de Freguesias de Caparica Trafaria afirmou que eu estava a faltar à verdade e que tinha feito uma má interpretação dos factos.

Portanto, vamos aos factos.

Facto um, no grupo de Facebook “Gentes de Almada”, há um vídeo de moradores a cortarem ervas daninhas.

Facto dois, há um comentário da Presidente de Junta de Freguesia de Caparica Trafaria a dizer: “vou enviar estes vídeos para a Câmara Municipal, onde paga milhões de euros para uma empresa limpar o nosso Bairro!” Se não acha que isto é uma crítica, por favor, eu acho que no mínimo é retratar-se, pedir desculpa porque estes são os factos.

Portanto, eu não admito que diga que eu falto à verdade.”

6.5.2.12 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu julgo que começamos a chegar aqui um bocadinho ao exagero da defesa da honra, estou ofendido e agora quem diz é quem é e coisas deste género.

Eu não sou e quem me conhece nesta Assembleia Municipal, não serei propriamente o exemplo do bom comportamento. Mas se há uma coisa que eu não sou nem nunca fui, é sonsa. E, portanto, a sonsice é uma característica que efetivamente, tem estado inerente ultimamente, principalmente neste último meio ano, nos Deputados Municipais do PSD e que de facto, está a ser uma aventura interessante de assistir.

Agora, aquilo que o Senhor Representante da União de Freguesia de Caparica Trafaria disse, não foi que foi verdade ou mentira. O que disse foi que aquilo que a Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica Trafaria fez, foi alertar mais uma vez, a Câmara Municipal que está a pagar por um serviço e se calhar esse serviço não está a ser feito da forma que o mesmo está contratualizado. Foi aquilo que aqui foi dito. E não dito nenhuma ofensa, ninguém disse que era mentira, simplesmente fez o contexto daquilo que se passou. Mas podemos vir para aqui ler muitas coisas e dizer muitas coisas e aquilo que quiserem. Mas também quando dizemos, temos que dizer a verdade toda. Porque o Senhor Deputado Municipal Luís Durão, levantou-se e foi ali ao púlpito, dizer que o PS votou contra uma moçãozinha (peço desculpa pelo diminutivo, mas é assim que eu a considero), uma moçãozinha do PSD, onde propunha cursos de literacia financeira e aquilo que o PS disse, foi que isso já estava previsto no Plano Municipal de Juventude, Plano esse que foi discutido e aprovado pelos jovens do Concelho e achávamos que esse teria sido de alguma forma o forem apropriado, para o PSD ou a JSD fazer essa proposta. Aliás, estou tão convicta desta posição que imagine só, os jovens de Almada, por exemplo, no Orçamento Participativo Jovem, eu não vi lá ninguém nem a pedir máquinas de calcular científicas, nem cursos de literacia financeira, não foi nenhum desses projetos que ganhou. Portanto, quando quisermos falar dos jovens, convém ouvir o que eles têm para dizer. Não basta vir aqui com bandeiras a dizer: “nós achamos que o que os jovens querem é cursos de literacia financeira, e que é o que eles precisam”. Porque esta atitude bastante, de alguma forma que o PSD gosta de ter, assistencialista, é uma atitude com a qual o PS obviamente, não se revê e continuará a fazer as suas políticas de juventude, da forma que tem estado a fazer que é com a participação dos jovens, para os jovens e com os jovens a poderem ter exatamente aquilo que precisam, que querem e que são os seus desejos e os seus sonhos.”

6.5.2.13 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Para dizer que a propósito de um comentário de um Senhor Deputado Municipal que eu estimo bastante, da CDU, sobre um orador do PS, lhe dizer que, no PS as pessoas falam com liberdade. Os seus Deputados Municipais, seja aqui, seja na Assembleia da República, seja onde for, falam com total liberdade e falam bem.”

6.5.2.14 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às questões do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, posso descansar-lo que todas as nossas candidaturas do 2020 foram sempre 100% executadas. E, de facto, quem o diz não somos nós, é o próprio POSEUR como sabe.

Agora, eu convido de facto, o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, das duas uma, ou lê na diagonal os documentos e engana-se, ou então lê como deve ser e insiste em vir trazer aqui e fazer aqui afirmações que não correspondem aos que os documentos dizem.

O que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço aqui leu, é o plano total apresentado pela (...) Sul. E basta ouvir a listagem que o Senhor Deputado Municipal leu, para perceber que não é com 1.000.000.00€ (um milhão de euros) que se concretiza tudo aquilo que faz parte do Plano. Portanto, essa primeira candidatura que de facto recebemos 1.000.000.00€ (um milhão de euros), mas que nos custou 8.000.000.00€ (oito milhões de euros), ou seja, se pensarem que envolve aquisição de viaturas, aquisição de todos os contentores que foram adquiridos, é obvio que aquilo é uma primeira fase dos biorresíduos que foram implementados.

Portanto, ao menos leia como deve ser. Confesso que ao fim destes anos todos ainda não percebi se lê mal e se engana, ou se lê bem e vem aqui dar informações deliberadamente falseadas.

Relativamente ao Ginásio do Clube do Sul. Não há novidades, a única novidade é que o concurso voltou a ficar vazio e a Câmara Municipal não mudou de posição, a Câmara Municipal não autoriza que aquilo seja vendido para outra coisa que não seja um equipamento desportivo. Alias, é isso que tem levantado e dificultado a sua venda, porque a Câmara Municipal não mudou de posição, aquilo é um equipamento desportivo e assim deve continuar.”

6.5.2.15 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria dizer ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço, que os investimentos da candidatura do POSEUR foram todos realizados. Falemos de carros, falemos de contentores, falemos de campanha. Foram todos realizados. Foram instalados todos os circuitos de porta a porta que estavam previstos na Charneca de Caparica e na Costa da Caparica, foram instalados os contentores enterrados de proximidade também na Costa da Caparica e os carros para Almada que o Senhor Deputado Municipal aludiu, não estavam previstos na candidatura do POSEUR, mas lá iremos, porque a candidatura foi uma coisa e o que foi aprovado foi outra.

Mas agora eu gostava de lhe dizer porque sub-repticiamente o Senhor Deputado Municipal deixou passar uma afirmação que já não é a primeira vez que é feita, de que eu afirmo aqui que temos um problema de gestão de resíduos por causa dos municípios. Eu nunca disse isso aqui. Pode-se ir para trás ler, ouvir, eu nunca disse isso aqui. O que eu digo é outra coisa, temos um problema de gestão de resíduos, nunca o escondemos, não somos só nós, não é que isso nos agrada, mas não somos só nós e toda a gente sabe que não somos só nós. Temos um problema de gestão de resíduos que o procedimentos inadequados agravam e eu desafio quem quiser e convido quem quiser, fazer aquilo que eu faço, uma vez por semana, pelo menos, que é ir aos pontos negros do Concelho e ver comigo o que lá está que é para perceberem que não é possível que em lixeiras a céu aberto que os municípios poem, não estou a culpa-los, mas este procedimento, efetivamente, prejudica o trabalho. Porque não há circuito para passar naquela zona, tudo aquilo foge à lógica do circuito.

Há um vidrão que é da AMARSUL e à roda do vidrão poem toda a quantidade de lixo que lá está, quando não há circuito nenhum para ir buscar resíduos ali.



Portanto, quando eu digo isto é verdade e eu convido o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, estou a ser muito sincera e franca, venha comigo uma manhã, passamos uma manhã a fazer aquilo que eu faço e eu vou-lhe provar como é que é possível alguém conseguir ter um Concelho limpo com aquilo que acontece no Concelho. Eu peço-lhe que venha comigo. Eu sou boa companhia, venha comigo e vai perceber que eu sou séria, sincera e que estou a falar-lhe com muito pesar porque também eu gostava de ter o Concelho limpo. Eu gostava mesmo de ter o Concelho limpo. Nós somos Concelho da Área Metropolitana de Lisboa e já o referi ontem, que mais recolhe, somos o terceiro Concelho que mais recolhe e somos o quinto ou o sexto em população. Portanto, nós recolhemos percentualmente mais do que até os outros. Não conseguimos responder, mas a gente conseguirá lá chegar, eu tenho alguma esperança de lá conseguir chegar.

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, vou renovar o convite, venha comigo porque vou ficar muito satisfeita em partilhar consigo as minhas grandes angústias nesta matéria. Fico à espera que me responda.

Relativamente à MOBA, que foi outra questão que foi abordada, é evidente que o software da MOBA é um Software que nos permite informação real, em tempo real, permite-nos a realização de circuitos dedicados e permite-nos uma coisa mais importante que é a monitorização da realização, da concretização, da operacionalização do circuito. Já resolvemos alguns problemas que não conseguimos perceber porque é que o contentor do lado foi limpo e este não foi, pois pela MOBA nós vamos conseguir se chegou lá, o tempo que esteve e se pôde ou não despejar o contentor.

Portanto, é evidente, que queremos ganhos de eficiência com isto e com certeza que os teremos.

Ervas. As ervas são um problema, mas também nunca o escondemos. E eu vou dizer aqui uma coisa, eu vou apresentar a esta Assembleia Municipal, uma proposta para voltarmos a ter o glifosato. Podem me matar, crucificar, mas eu vou trazer os especialistas que vêm aqui provar, porque é que aquilo utilizado de determinada maneira, não tem consequências.

Eu tive a trabalhar comigo uma pessoa que todos nós muito prezamos, que infelizmente não está cá e quando saiu de ao pé de mim para trabalhar noutro sítio me disse: "Vereadora pode fazer o que quiser, sem glifosato nunca mais controlará as ervas". Ele sabia do que falava e disse-me isto antes de sair. E assim foi.

Portanto, eu vou fazê-lo, vou arranjar forma de o fazer, aplicar com segurança, aplicar com toda a precaução. A discussão desde que nós aceitamos aqui a proposta que nos foi feita, já evoluiu muito, as coisas estão muito mais claras hoje. E, portanto, eu deixo esta minha intenção.

E as ervas, é evidente, que nós controlamos as equipas, eu própria vou com a equipa que monitoriza ou sem ela, verificar e já tem acontecido voltar a chamar a equipa para cortar, ainda não aconteceu há oito dias, foi há menos e digo onde para saberem que não estou a inventar, no Funchalinho. Portanto, claro que o fazemos e teremos que aplicar os instrumentos contratuais que nos permitam penalizações. Mas as penalizações não nos resolvem o problema, eu posso chateá-los, mas não me resolve o problema do corte das ervas.

As canas. Temos enormes protestos com as canas. Eu só posso cortar canas, nomeadamente na Banática, no Porto Brandão, com o apoio policial e aos sábados. Eu não tenho disponibilidade de apoio policial, sempre que temos nós vamos. Portanto, também não dependemos de nós para poder desenvolver esse trabalho.

Aquilo que vos quero dizer é o seguinte: eu sei que nós temos, menos agora, já tivemos mais, mas temos ainda problemas, mas eles estão relacionados com tudo isto que eu digo e que o esforço que o Município está a fazer, e a questão de nos virem aqui dizer que andamos a entregar ao privado, não é verdade, nós procuramos complementar o serviço público, tanto que estamos simultaneamente, a contratar circuitos alternativos porque nos dão outra garantia em termos da falta de assiduidade, mas ao mesmo tempo, estamos com um concurso aberto para recrutar trabalhadores para a higiene urbana.

Portanto, se eu quisesse entregar ao público eu ia esvaziando como os Senhores dizem que eu estou a fazer, mas não estou, tudo o que é o Quadro de Pessoal, Eu não o estou a fazer.

Portanto, eu acho que uma mentira por ser dita muitas vezes, não passa a ser verdade."



6.5.2.16 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Permitam-me também que diga aqui uma palavra, porque neste momento, como eu tenho os espaços verdes, nós dividimos uma tarefa, há espaços verdes de enquadramento que são cortados pelos serviços dos espaços verdes e depois as ervas dos passeios é pelos serviços da higiene urbana.

E de facto, há aqui um problema que muitas vezes, sobretudo, quando são rotundas, nós dependemos do apoio policial e temos que nos vergar aquilo que são as disponibilidades da polícia para nos acompanhar.

É evidente que, se já tivéssemos a Polícia Municipal que os Senhores chumbaram ao chumbar o Orçamento, essa questão estava resolvida. É só apenas mais um exemplo.

Portanto, neste momento já lançamos o concurso, estava no Orçamento que estava previsto para 2025, e no Mapa de Pessoal estava previsto para 2025, e os Senhores chumbaram literalmente a Polícia Municipal.

Portanto, é um daqueles serviços em que nós poderemos ser muito mais eficazes e inclusivamente fazer economias, porque estes serviços também são contratados. Portanto, passam a ser assegurados por nós.

Dar nota também, que agradeço a intervenção do Senhor Deputado Municipal Pedro Pereira, mas realmente, a questão das ervas, do corte de ervas, da limpeza e da varredura, aqui nesta Freguesia e é com gosto que o fazemos, é de facto da responsabilidade da Câmara Municipal, porque a União de Freguesias de Laranjeiro Feijó não aceitou a transferência de competências.

Só para descansar aqui o Senhor Deputado Municipal Luís Durão, eu posso lhe mostrar as dezenas de mensagens, fotografias, vídeos, que os Senhores Presidentes de Junta me enviam diariamente, a mim, ao meu Chefe de Gabinete, a qualquer um destes Vereadores. Portanto, sinceramente, eu também vi esse vídeo que anda nas redes sociais, posso lhe garantir que é todos os dias e fazem bem.

Do Senhor Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, nunca recebo, é porque deve estar contente.”

6.5.2.17 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação às respostas que obtive, que não foram respostas.

Primeiro, em relação ao PRR do Município. Senhora Presidente, como é habitual, eu lamento dizer isto e já estou aqui há quase oito anos com esta Presidente de Câmara, raramente responde de uma forma precisa e não foge à verdade, raramente.

Eu fiz um print do Portal da Transparência, isto está atualizado agora a meados de junho, em que o beneficiário do PRR é o Município de Almada. Mas em vez de vir aqui fazer uma afirmação em torno disto, fiz aquilo que é perguntar à Senhora Presidente, que ela deveria saber isto, se pelas suas afirmações confirmava o que está aqui? E a Senhora Presidente tem a lata de dizer: “tudo concorremos, tivemos o financiamento, conseguimos tudo”.

Em relação ao 2020 eu não pus essa questão. Eu em relação ao 2020 o que disse foi que houve financiamentos que foram aprovados e que foram executados e o único caso que trouxe do 2020, foi o caso dos biorresíduos, pela simples razão, que o projeto não está totalmente implementado. E haverá aqui pessoas, provavelmente, que corroborarão aquilo que estou a dizer.

Na minha casa, foi colocado no verão do ano passado, um pequeno contentor e foi dito que na semana seguinte telefonariam para dizer como é que fazia. Estou à espera até hoje. Perguntei a vizinhos meus se tinham recebido aquele pequeno contentor, o tal que eu referi que eram 11000 (onze mil) contentores, para recolha de biorresíduos nestas casas, da Charneca de Caparica Sobreira etc. etc., isto não foi feito, a única coisa que fizeram é que o colocaram lá. Mas a recolha de biorresíduos que está na candidatura aprovada, não foi feita. Isto não está a ser feito. Foram adquiridos milhares de contentores, foram adquiridas cinco viaturas e o projeto não está



implementado. Aquilo que a Senhora Presidente está a falar dos 8.000.000.00€ (oito milhões de euros) é treta pura e simplesmente. É treta. Porque o que diz aqui, é que o financiamento do projeto, o projeto é 1.000.000.00€ (um milhão de euros) e o compromisso que está aqui foi aquilo que eu referi, era implementar isto até junho de 2023. E não foi feito. Aliás, eu até sei que aquilo que foi feito e agora posso dizê-lo aqui, que a ordem que foi dada nos serviços foi: “entreguem aí os contentores às pessoas, porque se o POSEUR cá vier os contentores já cá não estão”. O que é que eu faço com um contentor daqueles em minha casa, como milhares de cidadãos neste Concelho, se os trabalhadores que deviam entrar e que estavam no projeto, os trinta trabalhadores que estavam previstos, não entraram, não foram admitidos e a recolha não é feita?

O que é que vocês acham que o POSEUR vai pensar disto? O Município está a respeitar a candidatura que foi feita? Alguém é capaz de dizer isto? A pergunta é normal que se faça. Para quê adquirir todo aquele equipamento, para quê fazer isto se não está e eu estou a falar só dos pequenos contentores, não me dei ao trabalho de ver as outras vertentes que aqui referi, nem vi pelo Concelho. Provavelmente se visse ainda ficaria mais, com os poucos cabelos que tenho em pé. Provavelmente. Mas, em relação a isto não me venham dizer o contrário, aconteceu em minha casa, lá tenho o contentor à espera. No outro dia fui falar com um vizinho e o vizinho disse: “colocaram cá isso, mas mais nada fizeram”. É isto. Em contrapartida há Municípios e não estão muito longe daqui que respeitaram a candidatura e ganharam um prémio com isso. Foram premiados por isso. Até posso dizer que foi o Seixal. É para sorrir Senhora Presidente, é para sorrir efetivamente, porque ao contrário do que fazem aqui, ali trabalha-se como deve ser.

E agora fico à espera que me responda ao PRR para depois lhe dar a resposta também.”

6.5.2.18 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN)

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, não tinha intenção de intervir esta noite, mas depois dos comentários da Senhora Vereadora Maria Teodolinda sobre o glifosato, obviamente que não podia ficar calada.

Entendo que as ervas podem ser um problema para os almadenses, porque não queremos os passeios cheios de ervas, mas o glifosato é um problema muito maior. E não sou eu que o diz, há inúmeros estudos que provam que há uma relação entre o glifosato e o cancro e outras doenças.

A Organização Mundial da Saúde classificou o glifosato como potencialmente cancerígeno e a Monsanto foi multada, pelo menos daquilo é público, em 289.000.000.00 de dólares (duzentos e oitenta e nove milhões de dólares) por inúmeros habitantes que estavam expostos a esta substância por anos e anos sem saber o que era e sem terem conhecimento do que era prejudicial para a sua saúde, claro que ela vai recorrendo, a Monsanto, já falamos aqui de gigantes empresariais, a Monsanto é um gigante que tem uma série de outras empresas farmacêuticas e que as engloba e que vai comendo o mundo, mas não é só prejudicial para as pessoas, é prejudicial para o ambiente porque se infiltra nos solos, é prejudicial para as abelhas, nós somos todos muito bonzinhos e queremos todos proteger as abelhas, tudo muito giro, nas escolas, vamos proteger as abelhas, e depois vamos às reuniões de Câmara dizer que queremos o glifosato. Não pode ser. Não podemos dizer que queremos preservar as abelhas e a biodiversidade e depois vamos usar um dos piores químicos para a biodiversidade que mata tudo à sua volta, ele mata as ervas e mata tudo.

Portanto, nunca poderemos aceitar, não podemos simplesmente ouvir e ficar calados e nunca poderemos aceitar que o glifosato seja usado na nossa Cidade. As ervas podem ser prejudiciais, mas são muito menos prejudiciais que o glifosato.”

6.5.2.19 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu respeito muito o Senhor Deputado Municipal Bruno Dias e ouvi atentamente os apelos que ele fez ao diálogo, no civismo, na delicadeza, e, portanto, se se revê nos termos com que o seu camarada se dirige à minha pessoa sistematicamente, dizendo que eu tenho lata, que tudo o que eu digo são tretas e ele hoje foi polido. Eu



concordo plenamente consigo, mas acho que vai ter que olhar à sua volta e já agora, também na bancada de trás, na segunda linha, para ter essa questão.

Portanto, volto a insistir que, ainda não percebi. Eu já sei que usam o Senhor Deputado Municipal José Lourenço para eu me enervar. Mas já não me enerva Senhor Deputado Municipal. Sinceramente já passei essa fase, porque continuo na minha dúvida estrutural, se é o Senhor Deputado Municipal que não percebe o que lê e o que vê, ou se de facto, está aqui numa atitude de adulterar deliberadamente os factos.”

6.5.2.20 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal Luís Durão, dizer que relativamente ao urbanismo, eu depois poderei facultar os dados que temos.

Aproveito também aqui para informar que, muito brevemente iremos implementar a plataforma que vai finalmente promover a desmaterialização do processo no urbanismo, facilitar o relacionamento dos munícipes com a Câmara Municipal de Almada e iremos muito brevemente também fazer uma primeira sessão de apresentação para os técnicos que se relacionam com a Câmara Municipal e contamos vir a implementar ao público em geral, em agosto/setembro deste ano.

Há algo importante que também quero referir, um grande indicador que temos e que está refletido nas contas, é de facto, o aumento grande, do licenciamento o que quer dizer que estamos a trabalhar bem e estamos de facto, a corresponder aquilo que são as procuras, eventualmente há também atrasos pontuais, casos de pessoas que reclamam há anos, é verdade, mas se calhar são casos que dificilmente poderão ter uma solução considerando muitas das dificuldade do ponto de vista de gestão urbanística trazida aqui para o território por outras entidades terceiras.

No que diz respeito à intervenção do Senhor Presidente de Junta da Costa da Caparica, José Ricardo Martins, de facto, na Costa da Caparica estamos a fazer uma série de intervenções, foi mencionado o Parque Urbano, a Rua do Juncal, os acessos às praias, a Sul, onde iremos começar a implementar o início do saneamento básico e também já iniciamos o processo de asfaltamento das ruas na Costa da Caparica, hoje em dia já espalhadas por todo o Concelho, e não é eleitoralismo porque temo-lo feito ao longo de todo o mandato. Iremos continuar no próximo mandato a fazê-lo ao longo de todo o mandato, não é nas vésperas de eleições que o fazemos, é um trabalho contínuo.

Há muito para fazer, infelizmente não iremos conseguir asfaltar todas as obras que são necessárias, mas foi feito um grande esforço pela Câmara Municipal, nomeadamente, neste último processo, estamos a falar de um investimento de 3.000.000.00€ (três milhões de euros).”

6.5.2.21 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente não me quis responder em relação ao PRR, então eu vou falar sobre o PRR de acordo com os últimos dados que foram divulgados pelo Portal da Transparência.

Almada tem aprovados, para financiamento, projetos no valor de 32.000.000.00€ (trinta e dois milhões de euros). Neste momento, estão executados 6.056.000.00€ (seis milhões e cinquenta e seis mil euros), por áreas diferentes.

Se formos ver os vários projetos, e as fichas estão disponíveis projeto a projeto, verificamos que, a esmagadora maioria destes projetos, já esgotaram o prazo que foi contratado, isto é, que foi acertado com o PRR para fazer executar esses projetos, a esmagadora maioria.

Um caso flagrante que vos digo, é o caso do projeto da Operação Integrada Local da Costa da Caparica, que tem aprovados 2.075.000.00€ (dois milhões e setenta e cinco mil euros), estão gastos 550.000.00€ (quinhentos e cinquenta mil euros) e que devia ter terminado em 2022.



Mas como estas temos outras. Por exemplo, foram adquiridos trinta e oito fogos no âmbito da aquisição de fogos que o Município podia fazer, como outros Municípios e como muitos estão a fazer. Estes trinta e oito fogos tiveram um financiamento de 5.400.000.00€ (cinco milhões e quatrocentos mil euros), pois o Município recebeu até este momento, 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros). E a maior parte destes fogos, há apenas um fogo, tem prazo na candidatura que foi feita, ainda está dentro do prazo. Todos os outros fogos, a maior parte deles, mais de um ano que ultrapassou o prazo e o Município não sei porquê e gostava de saber, porque é que o Município tendo o financiamento, porque é que o Município tendo adquirido os fogos, não obtém o financiamento.

Na construção de fogos, o Município tem aprovados a construção de noventa e cinco fogos, um financiamento de 11.700.000.00€ (onze milhões e setecentos mil euros) e recebeu até este momento 3.200.000.00€ (três milhões e duzentos mil euros). Tem um prazo para estes noventa e cinco fogos até, ao primeiro trimestre do próximo ano para levantar este dinheiro. Portanto, no fundo este financiamento está aprovado, não está fora do prazo, não se pode dizer isso. Mas lembremo-nos que temos nove meses e onde estão os noventa e cinco fogos?

Em relação à reabilitação de fogos, temos cinquenta e dois fogos que tiveram o financiamento do PRR, para serem reabilitados. Pois destes fogos, foi aprovado para esta reabilitação 2.600.000.00€ (dois milhões e seiscentos mil euros) foram recebidos até este momento, 660.000.00€ (seiscentos e sessenta mil euros) e o prazo já expirou.

Portanto, dos 32.000.000.00€ (trinta e dois milhões de euros) aprovados no PRR para o Município de Almada, uma parte considerável desse dinheiro, a probabilidade de se perder infelizmente, é muito elevada. Chamo aqui a atenção para isto, porque apesar de e é uma nota que também dou um pouco à parte, apesar da nossa preocupação em relação a esta matéria e o nosso próprio Deputado no Parlamento Europeu, há quinze dias foi a votação no Parlamento Europeu a questão de prolongamento do PRR por mais dois anos, curiosamente não foi aprovado. Sabem com os votos contra de quem? Do PS, do PSD, do CDS-PP e da iniciativa Liberal. É estranho, não é? Mas há quem quando passa a fronteira muda de camisola. A quem passa da fronteira já não pensa a nível nacional, pensa de outra forma.

Era isto que eu gostava dizer e deixar aqui este alerta, já que infelizmente a Senhora Presidente da Câmara Municipal não sei se foi por eu ter feito a pergunta ou se ela não sabia, não foi capaz de responder à pergunta muito óbvia que é esta e atenção, não estamos a falar de trocos, estamos a falar de milhões de euros, que nunca este Município teve acesso para intervir no Município. Portanto, quando às vezes fazemos comparações, convém pensarmos o quadro em que funcionávamos e o quadro em que funciona a capacidade que tínhamos e a incapacidade que infelizmente, hoje demonstram.”

6.5.2.22 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu admito que estava a tentar não lhe responder porque desculpe a frontalidade, os disparates que acabou de dizer são tantos, tantos, tantos, que eu nem sei por onde começar.

Para já nem sei de que prazo está a falar, todos nós sabemos qual é o prazo final do PRR, é claro. Portanto é junho de 2026 para tudo.

Depois, eu poderei avisar as equipas técnicas do POSEUR, ou do PRR, para o contratarem na sua expertise de avaliação de candidaturas e da sua execução, porque realmente, como toda a gente sabe, qualquer candidatura com fundos europeus é altamente escrutinada e é escrutinada por equipas muito competentes, bem sei que não o conhecem a si, mas eu posso indicar e até recomenda-lo, agradecia que fosse para lá explicar aqueles senhores como é que se faz.

Depois, acho extraordinário porque as comunidades desfavorecidas, eu acho que devem ter sido aprovadas em 2022 no âmbito da Área Metropolitana, portanto, tenho alguma dificuldade em perceber como é que a sua execução é na data do seu lançamento, mas deve haver uma ficha qualquer que o Senhor leu mal, portanto não



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

percebeu, confundiu o início com o fim, e posso lhe garantir que o final das comunidades desfavorecidas é em dezembro deste ano.

Em relação que o IHRU tardou muito e tarda muito a pagar-nos, a nós e a todos os Municípios, não tenhamos dúvidas. Agora, daí a concluir que nós é que não reclamamos o dinheiro, é simplesmente surreal. Acha mesmo que qualquer Município, eu já não falo da minha pessoa que tem lata e que só diz tretas e coisas assim, mas acha mesmo que qualquer Município, ou qualquer Vereador ou os Senhores Deputados deixariam que nós não reclamássemos do dinheiro que nos é devido? Outra coisa é se o Estado paga ou não.

Por fim, a comunidade desfavorecida da Costa da Caparica, é o grande projeto do Agroparque, que inclui atividade e que inclui investimento. Deixe-me lhe dizer a obra está em curso, a obra de requalificação está em curso e enquanto estiver em curso nós não recebemos o dinheiro é um facto, mas a empreitada está contratada. E a construção do eco edifício, o primeiro concurso ficou vazio, o segundo vai agora, até reformulamos o projeto até para ser mais simples, para ser mais rápido, para ser modelar, para poder executa-lo no prazo devido. Porque o anterior ao ficar o concurso deserto, não nos daria tempo até dezembro deste ano. E só depois, só mesmo em 2026 é que vamos receber o dinheiro. Que coisa tão estranha, que coisa tão bizarra de uma candidatura. Só recebemos o dinheiro depois de a executar, é uma novidade absoluta, mas deve ser da má gestão que fazemos.

Portanto, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu confesso, como não gosto contrariamente ao que o Senhor Deputado Municipal acha, não gosto de ser desagradável com ninguém, mas é difícil, a mim sempre me disseram que o Senhor Deputado Municipal era o grande especialista das contas, agora já percebo porque é que algumas contas de Almada eram um bocado estranhas.”

7 – Tendo-se esgotado a ordem de trabalhos, sendo cerca das 00H58, deu-se por concluída a Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros (PS), dos/as Senhores/as Vereadores/as Maria Teodolinda Silveira (PS), José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Alexandre Pacheco (PS), Francisca Baptista Parreira (PS), António Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Paulo Santos (CDU) Miguel Moura Salvado (PSD) e Jefferson Oliveira (BE).

9 – Foi verificada a presença de cerca de vinte munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1.º SECRETÁRIO

A 2.ª SECRETÁRIA

